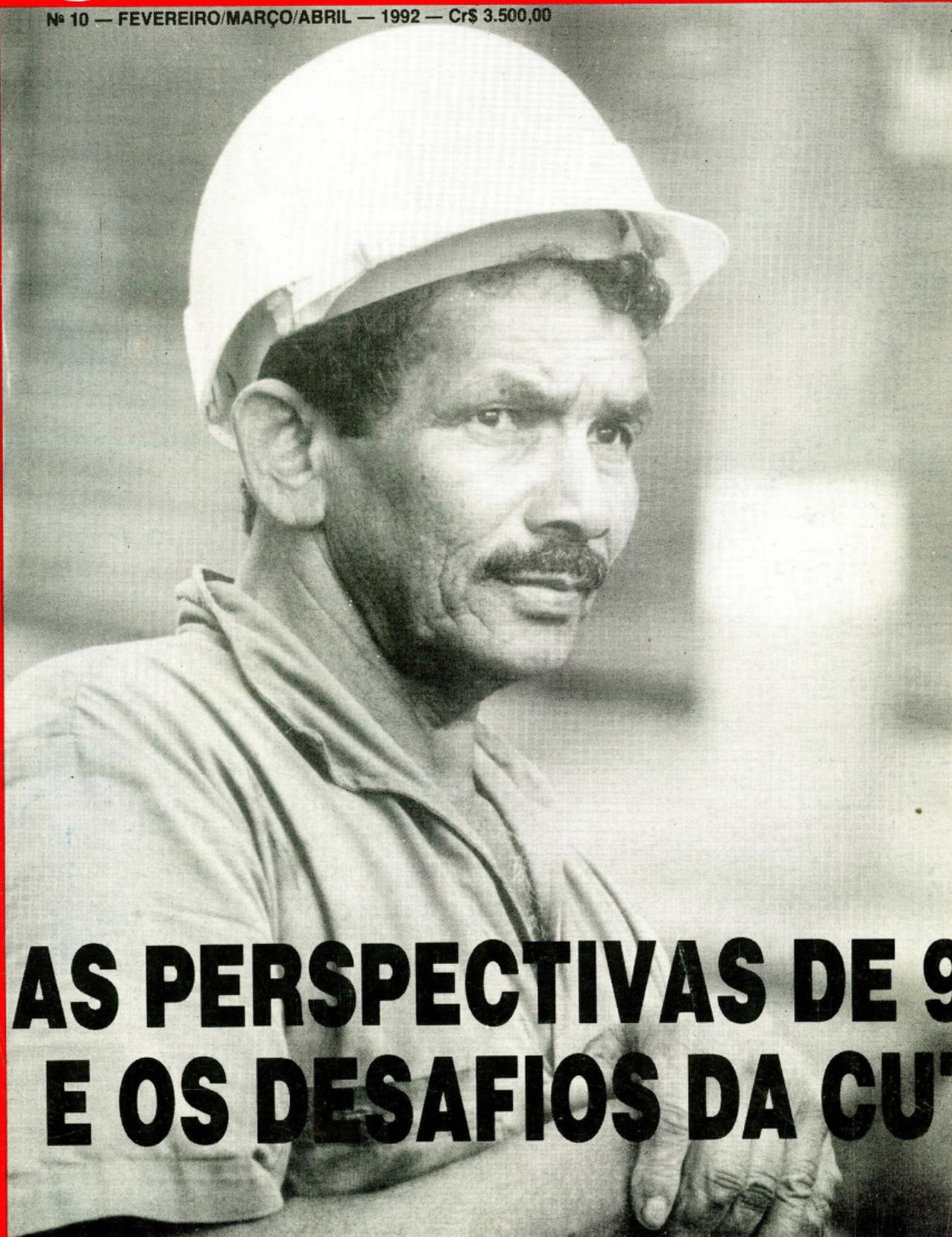


Debate Sindical

Nº 10 — FEVEREIRO/MARÇO/ABRIL — 1992 — Cr\$ 3.500,00



**AS PERSPECTIVAS DE 92
E OS DESAFIOS DA CUT**



Debate **Sindical**

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES) - CGC nº 54.609.953/0001-80

Colaboraram nesta edição:

Altamiro Borges
Bernardo Joffily
Jô Moraes
Djalma Batigalha
Antonio Soares
Augusto Madeira
Roseli Figaro
José Carlos Ruy

Revisão:

Flávio Vilar
Marise Lima

Ilustrações e fotos:

Jornal "A Classe Operária"

Capa:

Arnaldo Tateischi

Foto da capa:

Paulo Torraca/Fóton

Composição:

Sandra Luiz Alves

Editoração Eletrônica:

Écran Arte - Tel.: 825-7442

Fotolito:

Paz Fotocomposição Ltda

Impressão e acabamento:

Kartgráfica Ltda

Tiragem da edição:

4.000 exemplares

Jornalista responsável:

Altamiro Borges

Observação:

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente o ponto de vista da diretoria do CES.

ÍNDICE

- 3** Apresentação
-
- 4** A posição das lideranças cutistas diante da recessão de 92
-
- 10** A mulher no mercado de trabalho e nos sindicatos
-
- 15** O exemplo dos metalúrgicos de Ribeirão Preto e Sertãozinho
-
- 21** O toyotismo e as novas técnicas de exploração nas fábricas
-
- 26** Imprensa sindical e patronal: as diferenças de classe
-
- 33** Como a Contag aprovou o indicativo de filiação à CUT
-
- 36** As primeiras investidas do sindicalismo cristão no Brasil
-

Companheiro sindicalista

O ano de 92 teve início com péssimos presságios para os trabalhadores. Demissões em massa que, segundo as vozes agourentas dos empresários, vão aumentar ainda mais. A trágica novela da previdência social, que continua a atormentar os aposentados e pensionistas. As notícias de novas privatizações, que agora alardeiam inclusive a entrega da Embraer e da Petrobrás. Recessão, entreguismo e miséria ... sínteses do governo Collor, que continua a governar, apesar da ira popular e do seu isolamento imperial.

Diante de perspectivas tão assustadoras, o movimento sindical discute os novos desafios. A CUT planeja as suas atividades para o próximo período. Alguns pontos já são consensuais. Entre eles, o de que é preciso superar a atomização das lutas, que foi uma das marcas do ano passado, unificando a classe num combate mais global ao governo Collor e a seu projeto chamado de neoliberal.

Outras questões ainda geram polêmicas. Há os que defendem que, apesar do agravamento da crise, é preciso ser cauteloso, evitando a radicalização das lutas. Apostam todas as suas fichas na sucessão presidencial, em 94, e daí o desejo de domesticar os conflitos. Outros, mais sintonizados com a atual conjuntura, insistem que é preciso superar também a apatia política e tomar iniciativas que canalizem a revolta popular num amplo movimento pelo fim do governo Collor de Mello.

Desse debate, que é travado entre as forças progressistas e no campo da CUT, podem surgir posições de forte impacto no cenário político brasileiro. Do seu resultado é que se pode visualizar melhor as perspectivas de 92. Uma coisa, porém, já é certa: enquanto Collor ocupar o trono, os presságios continuarão sombrios para os trabalhadores.

Os desafios da CUT num ano de agravamento da recessão econômica

Altamiro Borges*

Todos os indicadores econômicos apontam para um agravamento brutal da recessão em 1992. O próprio presidente da República, isolado no Palácio do Planalto, já reconheceu que esse será um ano de "grandes dificuldades". Diante dessa perspectiva sombria, quais os grandes desafios do sindicalismo, em especial da CUT? A Debate Sindical ouviu as lideranças das principais correntes cutistas para analisar o quadro em andamento. Num ponto, todas concordam. É preciso superar o corporativismo e as lutas atomizadas, que foram uma marca em 91. Do contrário, todo o ônus da grave crise será lançado sobre as costas dos trabalhadores.

Em relatório publicado em dezembro do ano passado, o Desep (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos), órgão da CUT, previa: "O agravamento do processo recessivo no primeiro trimestre de 1992, favorecido pelo desaquecimento típico do período, terá consequências dramáticas sobre a economia, o emprego e a qualidade de vida da população". O noticiário das primeiras semanas de janeiro confirmou essa avaliação.

As demissões em massa em todos os setores da economia são diárias, várias empresas prolon-

garam as férias coletivas e muitas delas estão atrasando o pagamento dos salários ou mesmo deixaram de pagar o 13º. Só para ilustrar, entre as grandes empresas que dispensaram funcionários, estão a Perdigão (600 demitidos), Black&Decker (300), Panasonic (159), Sharp (1000) e a Alpargatas (600). Já entre as que deram férias coletivas estão a GM, Brastemp, Philips e Mercedes-Benz.

O ritmo dos cortes inclusive está superando as previsões iniciais dos empresários. No início do ano, a Fiesp deixou vaziar um estudo reservado

que falava em 60 mil demissões no primeiro trimestre do ano. Mas a poderosa entidade dos industriais paulistas já admite que a devassa será maior. "A partir de agora as demissões ficarão mais baratas", explica Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, diretor da Fiesp. Isto porque os custos com as dispensas são menores, já que o 13º foi pago e as empresas estão quitando as férias com os programas coletivos. A palavra de ordem dos capitalistas, expressa pela Fiesp, é "reduzir os custos operacionais para manter a lucratividade das empresas".

Só nas duas primeiras semanas de janeiro, a indústria paulista demitiu 10.894 operários, reduzindo em 0,63% o nível de emprego no Estado. Nem mesmo o período de festas do final do ano, quando tradicionalmente ocorre um ligeiro aquecimento da economia e registra-se uma maior oferta de emprego, conseguiu conter as dramáticas dispensas de mão-de-obra. Segundo estimativas oficiais, em dezembro o índice de desemprego atingiu 10,05% da População Economicamente Ativa do país. "A situação é tão grave que leva a acreditar que o primeiro trimestre será o pior dos últimos anos", afirma Annez Andraus, coordenadora de pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Para piorar ainda mais o quadro, as dispensas vem acompanhadas pela redução drástica dos salários, "hoje em torno de 30%", diz Annez Andraus.

Collor aposta na recessão para viabilizar o chamado projeto neoliberal

Para os sindicalistas entrevistados, o aprofundamento da recessão é um fato irreversível. Ninguém acredita numa possível mudança da orien-

tação econômica imprimida pelos ocupantes do Palácio do Planalto. "Até na questão dos 147% dos aposentados, o governo prefere afrontar a sociedade e o próprio Poder Judiciário para cumprir suas metas com o Fundo Monetário Internacional. A política econômica de Collor de Mello está totalmente submetida aos interesses dos credores estrangeiros. Só muda se esse governo for substituído", afirma Wagner Gomes, dirigente da executiva nacional da CUT e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Clássica.

"As recentes medidas econômicas e os discursos oficiais não deixam qualquer dúvida de que a recessão vai se aprofundar. Ela é encarada, pelas classes dominantes, como único remédio capaz de controlar a inflação", explica Durval Carvalho, da executiva nacional da central e uma das referências da tendência interna CUT pela Base. Para ele, Collor inclusive vem conseguido implementar o seu plano econômico, mesmo que esbarrando na resistência dos trabalhadores e de outros setores da sociedade. "No ano da posse, 90, foi apenas alarde. Já em 91 o governo conseguiu implementar, ainda que parcialmente, o seu projeto neoliberal. A privatização de importantes estatais e a renegociação da dívida externa foram os exemplos mais marcantes disso. Via recessão, ele inclusive conseguiu conter, mesmo que temporariamente, a inflação. Daí o porque não acredito numa alteração da rota atual por parte do governo federal".

Jair Meneguelli, presidente da CUT e dirigente da Articulação, tendência majoritária da central, também não nutre ilusões quanto ao rumo da economia no próximo período. Em tom de brincadeira, comenta: "A única esperança é que ocorra um estalo de bom senso no presidente e ele renuncie. Do contrário, a recessão prosseguirá como sendo uma política de governo". Já José Maria de Almeida, também da executiva nacional da CUT e dirigente da corrente Convergência



Trabalhadores realizaram várias greves no ano passado, inclusive contra as privatizações

Socialista, acredita que "mesmo aprofundando o seu isolamento, Collor manterá seu projeto. Enquanto a nossa resistência for atomizada, enquanto não houver um enfrentamento global, o governo manterá os seus compromissos com o grande capital. Ele não terá motivos maiores para abandonar o projeto neoliberal. Não há como derrotar essa política sem tirar o Collor do governo".

**Mesmo isolado e repudiado,
o governo implementou de
forma parcial o seu plano**

Diante dessas perspectivas nada animadoras, é que surge a pergunta clássica do "o que fazer?". Nesse ponto não há conclusões tão taxativas e nem consenso entre os dirigentes cutistas consultados. A CUT inclusive passa por uma certa "crise de identidade" e se encontra num processo interno de busca de respostas. Nesse esforço, a executiva recém-eleita chegou a realizar uma série cansativa de reuniões de estudo e planejamento (ver quadro). Nota-se até um grau de perplexidade entre alguns dirigentes da central, o que se explica pelo balanço não tão otimista da atuação do movimento sindical e de sua entidade nacional mais representativa no ano passado.

Não que se menospreze as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores em 91 ou que se superestime a força do governo Collor de Mello. Ainda sem ter concluído o levantamento das greves naquele ano, o Desep calcula que elas ficaram só um pouco abaixo das realizadas no anterior, apesar do agravamento da recessão. Segundo o acompanhamento desse órgão de assessoria da CUT, desde a posse do presidente, em março de 90, até setembro do ano passado, foram realizadas 2.397 greves no país, envolvendo quase 19 milhões de trabalhadores. Isso sem contar o número de participantes da greve geral de maio passado, que a CUT avaliou em cerca de 19 milhões em todo o território nacional.

Já no que se refere ao prestígio do governo federal, várias pesquisas de opinião pública atestam que ele está em queda livre. A mais recente, divulgada pelo jornal "O Estado de São Paulo", indica que 74% da população está contra o governo e que 48% deseja o imediato encurtamento do mandato presidencial. Além do elevado descontentamento popular, é visível também o isolamento político de Collor de Mello. Uma crise de governabilidade é tida como certa por vários setores da sociedade. Até mesmo parcelas das classes dominantes, prejudicadas por sua políti-

ca econômica, fazem atualmente discursos de oposição - na maioria dos casos, com viés acentuado de direita. Não confiam mais na sua capacidade de implementar o projeto neoliberal.

Mas, apesar da resistência grevista, do isolamento do governo e da divisão no seio das classes dominantes, os trabalhadores e as correntes progressistas ainda não conseguiram se contrapor de forma global ao projeto econômico colridor, que continua a ser implementado. "Do ponto de vista do movimento sindical, não conseguimos unificar a classe para o enfrentamento. Nisso pesa a recessão, que joga na defensiva os trabalhadores, o forte corporativismo presente nos sindicatos e também a falta de iniciativa política da CUT. Não dá para esconder que a nossa central passa por um período de imobilismo, de apatia e de grande confusão interna", argumenta Wagner Gomes.

**Balanço indica que é
preciso superar a
atomização das lutas**

José Maria de Almeida opina no mesmo rumo. "A grande debilidade do sindicalismo em 91 é que as lutas foram travadas de forma atomizada, fragmentada. Tivemos várias greves, protestos e ocupações de terra, mas a CUT não conseguiu canalizar toda essa onda de revolta numa luta mais geral contra a política econômica do governo. Faltou iniciativa política e uma bandeira que unificasse as lutas dos trabalhadores. Mesmo a greve geral de maio, que teve o mérito de ser o primeiro protesto unificado, enfrentou dificuldades".

O problema da atomização das lutas também é enfatizado por Durval Carvalho. "Não conseguimos superar o corporativismo e nem tivemos capacidade de articular com outros setores da sociedade no enfrentamento ao governo". Para ele, essa tendência pode se aprofundar em 92. "A recessão deve colocar como primazia a luta pelo emprego, contra as demissões e por direitos sociais, como o seguro desemprego. Se a CUT não cumprir o seu papel de unificadora das lutas, pode ocorrer que cada sindicato se volte apenas para os efeitos da crise em sua categoria, reforçando ainda mais o corporativismo. E está comprovado que na luta isolada o sindicalismo está fadado ao fracasso, à impotência".

Jair Meneguelli concorda que a principal debilidade de 91 foi a ausência de mobilizações unificadas dos trabalhadores. "Com a recessão, parece que cada sindicato olha apenas para o seu

umbigo. Ele fica tentando apagar o incêndio sozinho, só consegue conter algumas fagulhas e não vê o fogo se alastrando por toda a floresta". Entretanto, o presidente da CUT relativiza as críticas à direção da central - a qual sua corrente, a Articulação, é majoritária. "Além das greves e protestos, várias outras tentativas foram feitas para barrar a recessão. Tivemos a greve geral, a greve de fome do Vicentinho e até o ato em São Bernardo do Campo, em dezembro, que reuniu empresários e representantes dos governos estadual e municipais. Até o Mario Amato (presidente da Fiesp) esteve presente. Mas mesmo com todos esses setores condenando a recessão, parece que a correlação de forças ainda é desfavorável e o governo federal continua a aplicar sua política".

Correntes cutistas criticam o imobilismo e a apatia política da central sindical

É exatamente quando se discute a linha de atuação da CUT que as divergências entre os entrevistados aparecem de forma mais nítida. A existência de concepções sindicais diferenciadas no interior da central não é recente. Mas no ano passado, com o processo de realização do 4º Concut, houve uma agudização desse conflito. Até agora, as feridas provocadas no congresso, que teve até momentos deprimentes de confronto físico, não foram cicatrizadas. Permanecem as divergências, principalmente no que se refere a qual deve ser a estratégia da central. Essas diferenças de opinião, expressas pelos sindicalistas consultados, é que baliza as discussões sobre o balanço da atuação em 91 e sobre as perspectivas para 92.

As correntes internas que compuseram a chapa de oposição à Articulação no 4º Concut são enfáticas ao afirmarem a necessidade da central superar o seu imobilismo e sua apatia política. Para os representantes dessas tendências, a linha que vingou no congresso não arma a central para enfrentar os desafios futuros. "No momento em que a crise aflige milhões de brasileiros, que a fome e o desemprego se alastram, alguns companheiros apontam como bandeira o tal crescimento econômico com distribuição de riquezas, o que é impossível num país capitalista como o Brasil. Para atingir essa meta irreal, os companheiros da Articulação gritam no ato de São Bernardo que trabalhadores e empresários unidos jamais serão vencidos. Com isso, só geram ilusões entre os trabalhadores e ficam paralisados



Recessão preocupa os trabalhadores

dos em negociações com a patronal", comenta José Maria.

Segundo Durval Carvalho, as posições da corrente majoritária da CUT inclusive colocam em risco a própria identidade da central. "Manifestações que neguem a nossa independência de classe, que incluam a Fiesp como aliada, não contribuem para construção de um campo alternativo de luta contra o neoliberalismo. Elas acabam semeando a confusão e aumentam as nossas fragilidades diante da investida da direita. Apesar desses companheiros apostarem tanto no calendário eleitoral e supervalorizarem os caminhos institucionais, com as suas posições eles acabam colocando em perigo as próprias conquistas democráticas dos trabalhadores".

Proposta de "Fora Collor" é rejeitada na primeira reunião da direção da CUT

Já Wagner Gomes, da Corrente Classista, destaca como uma das razões do imobilismo da CUT "a ausência de uma plataforma política capaz de unificar as forças populares e progressistas no combate ao governo Collor." Lembra que na primeira reunião da direção eleita da central, em dezembro, a Articulação bombardeou a proposta do "Fora Collor". O documento aprovado no final desse primeiro encontro fala, mais uma vez, na luta por "uma vida melhor", o que, segundo Wagner, "não reflete as mudanças



Lideranças cutistas se esforçam para cicatrizar as feridas do 4º Concut

políticas em curso no país e é uma bandeira recuada e conciliadora". Para ele, "a Articulação, com sua tendência social-democratizante, quer evitar qualquer tipo de radicalização das lutas dos trabalhadores. Ela defende uma falsa normalidade democrática e só sonha com as eleições, principalmente com a sucessão presidencial de 94. Por isso, resiste à proposta do Fora Collor, que poderia galvanizar a ação dos trabalhadores, ampliando e radicalizando a nossa luta".

Articulação defende os mecanismos institucionais e aposta na sucessão em 94

Diante dessa bateria de críticas, Jaír Meneguelli procura reafirmar a linha adotada por sua tendência. Na sua opinião, a bandeira do Fora Collor "poderia precipitar um maior apoio ao governo daqueles que defendem os mecanismos democráticos. Mesmo entre companheiros de esquerda, existem os que temem qualquer recurso que fira as regras democráticas. Hoje falamos fora Collor, mas isso não seria um precedente para amanhã falarem fora Lula". Além disso, Meneguelli avalia que atualmente os setores populares ainda não acumularam forças suficientes para apresentarem uma alternativa de governo mais avançada. "Se o Collor cair, quem vai entrar em seu lugar? Acho até que com uma forte pressão nacional é possível por abaixo esse governo, mas o problema é que ele cai e nada muda. Precisamos acumular mais forças através do combate político".

Quanto ao problema das alianças e da perda da identidade de classe, o presidente da CUT não enxerga nenhum perigo em ações como a do ato público de São Bernardo. "Todas as formas são

válidas. Agora é evidente que elas têm os seus limites. Cada força vai até um degrau da escada e depois desiste. O Mario Amato é contra a recessão e por isso foi convidado para o ato de protesto. Agora, os nossos interesses são diferentes. Não creio que isso confunda os trabalhadores, que continuarão a lutar contra as demissões promovidas pelos empresários da Fiesp. O importante é ver quem leva vantagem nesse tipo de aliança e isso só é possível se dermos continuidade a esse movimento".

Pelas opiniões expostas fica evidente que existem profundas divergências no interior da CUT quanto a sua estratégia de ação para a próxima fase da luta de classes no país. Para evitar que essa disputa de concepções paralise ainda mais a central, todas as correntes internas tem feito um esforço para procurar denominadores comuns de trabalho. Nesse sentido é que, logo após o congresso, ainda em setembro, os integrantes da executiva eleita aprovaram o documento "Bases para um compromisso". Nele se afirma que "os acontecimentos lamentáveis do 4º Concut mostram claramente que estes fatos não devem se repetir. Torna-se indispensável a discussão de um patamar de convivência no interior da CUT e inadiável o tratamento político para as divergências". Só dois suplentes, um do Partido da Libertação Proletária (PLP) e outro da tendência O Trabalho, recusaram-se a assinar esse termo de "unidade na ação".

Isso não quer dizer que as diversas correntes cutistas tenham abandonado suas concepções políticas e sindicais. A luta pela hegemonia na maior central sindical do país prossegue, o que é natural numa entidade pluralista e democrática. No momento atual, as correntes de oposição estão em desvantagem. Como a Articulação é majoritária, em todas as votações suas propostas acabam vingando. Desse ponto de vista, não há como esperar grandes alterações na estratégia da

central via as suas rotineiras reuniões de executiva. A expectativa é que a rápida evolução do quadro político e econômico do país, com o aprofundamento da crise e o isolamento do governo, resulte em mudanças de postura da tendência majoritária e numa maior pressão crítica das bases sindicais.

Descontentamento popular pode se refletir na mudança de comportamento da CUT

Um outro fator que não pode ser desprezado é a explosividade das massas populares, descontentes com os rumos do país. Essa possibilidade é admitida até mesmo por expoentes da direita no país. Recentemente o deputado Amaral Neto, conhecido pelo seu raivoso reacionarismo, alertou para "o perigo de um golpe popular no país". Também o sociólogo Hélio Jaguaribe, um dos mentores intelectuais do PSDB, tem alertado as classes dominantes sobre os riscos das explosões populares "que podem deixar parte das cidades ardendo em chamas". As ameaças de quebra-quebra e saques, em decorrência do aumento do desemprego e da miséria, também têm preocupado a Polícia Federal. O diretor desse órgão, Romeu Tuma, afirma que está vigilante, mantendo contatos com sindicalistas, empresários e governadores, "solicitando que orientem os trabalhadores no sentido de se evitar quebra-quebras e confrontos".

Para José Maria de Almeida, "só essa pressão dos trabalhadores é que pode sensibilizar a maioria da executiva da CUT". Nesse sentido, ele defende que os sindicalistas comprometidos com uma postura mais aguerrida mobilizem as suas

bases sindicais. "Não podemos ficar amarrados nessa posição conciliadora, que, pela omissão, sustenta o governo Collor. Vamos continuar discutindo nos fóruns da central e na executiva, mas vamos às bases mobilizar para a luta contra o governo. A radicalização do movimento de massas é a única esperança de mudanças na postura da Articulação".

"A explosividade popular, que já se manifesta de maneira latente, será o elemento novo que vai reorientar a nossa central, colocando-a novamente no caminho da radicalidade", acredita Durval Carvalho. Para ele, o descontentamento dos trabalhadores pode ter reflexos na própria tendência majoritária. "A Articulação é uma corrente que tem expressão de massas, tem representatividade. E os companheiros da base são mais lúcidos, mais combativos. Por isso acredito que um movimento de baixo para cima pode resultar numa mudança de postura dos dirigentes da Articulação. Do contrário, eles perdem suas bases".

Wagner Gomes também aposta nessa possibilidade. Mas ressalta que a direção deve ocupar o seu papel, não ficando a reboque do movimento espontâneo. Nesse sentido, avalia que se faz necessário dar um salto de qualidade na ação sindical e apontar diretivas de ação política que unifique todas as forças populares de oposição ao governo Collor. "A experiência do passado já demonstrou que em períodos de recessão a luta se torna mais difícil. O descontentamento, as greves e mesmo as possíveis explosões de revolta podem ficar dispersos e cair no isolamento se não forem canalizadas para uma ação política mais definida. O nosso grande desafio para 92 é combinar a amplitude de um forte movimento de oposição à Collor com a inevitável e necessária radicalização das nossas lutas".

*Jornalista e presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)



Esperanças depositadas na disposição de luta dos assalariados



A situação da mulher e as barreiras para a sua ação sindical

Jô Moraes *

No 8 de março se comemora o Dia Internacional da Mulher. Nessa data ocorrem manifestações em vários países na luta pela emancipação feminina. Também é um momento privilegiado para se aprofundar as reflexões sobre as causas das discriminações existentes na sociedade. O artigo a seguir tem esse objetivo. Ele analisa a situação da mulher no mercado de trabalho e, enfrentando a polêmica, aponta os obstáculos à sua participação no movimento sindical.

É crescente a presença da mulher no mundo do trabalho. Mas este não é um dado que se possa considerar inteiramente novo a se destacar para a definição de uma estratégia operária e classista. Nos diferentes sistemas sociais registra-se a participação feminina na construção da riqueza humana. O desafio posto é analisar a forma como se dá essa participação, como as sociedades de classes usaram a condição de subalternidade da mulher para beneficiar os setores dominantes. E, particularmente, como isto vem se realizando no presente momento, refletindo nas atuais relações de trabalho.

O capitalismo se permitiu um certo reconhecimento da aspiração da mulher a um ofício. Esse reconhecimento, como não poderia deixar de ser, se fez a partir dos interesses de classe do patronato. A sociedade capitalista, embora não tendo criado a condição de subordinação da mulher, a absorve e a reforça. E o faz em detrimento dos interesses dos trabalhadores como um todo.

O ciclo da opressão e da exploração social e sexual das trabalhadoras

Bebel, teórico alemão socialista, analisando o tema no começo do século, assinalava: "A burguesia necessita da completa liberação das forças de trabalho masculinas e femininas a fim de poder desenvolver ao máximo a produção". E insistia que o aperfeiçoamento técnico levava a alterações no processo de trabalho que se dividia cada vez mais, chegando a operações isoladas, sem exigências de melhor formação ou força. Estas modificações conduziam a uma solicitação crescente do trabalho da mulher, solicitação esta que se fazia dentro da lógica da ampliação da exploração. "Cada vez com mais frequência, diz Bebel, a mulher encontra ocupação ao lado do homem ou em seu lugar, porque suas exigências materiais são menores que as do homem".

E, de uma forma muito viva, o teórico alemão demonstrava, há quase um século, o ciclo perverso da exploração-opressão social e sexual: "Quando se utiliza força de trabalho feminina se libera a força de trabalho masculina. Mas a força de trabalho masculina quer viver, se oferece a uma salário inferior e esta oferta pressiona de novo sobre os salários da operária".

Se nos debruçamos ante alguns dados arrancados da realidade da produção vamos ter, em toda a sua dimensão, os reflexos desse processo nas relações de trabalho. Há quem chegue a pensar que a desigualdade salarial entre homens e mu-

lheres é coisa do passado, quando na indústria de bicicletas, na Inglaterra de 1906, os primeiros ganhavam de 30 a 40 xelins e as trabalhadoras de 12 a 18 xelins. Mas no Brasil de 1979, o salário médio das mulheres era igual ou inferior em 60% ao salário masculino. E na PNAD de 1989, esta diferença ainda alcançava o índice de 52%.

A discrepância salarial é apenas uma faceta da forma como a sociedade capitalista absorveu a condição de subalternidade da mulher dentro de uma estratégia de gestão da força de trabalho. Há outros aspectos relativos às degradantes condições de trabalho, particularmente das operárias, como bem o exemplifica o caso da De Millus. Tudo isso conforma um quadro tão particular que uma estratégia operária e classista não pode desconhecer.

É preciso compreender que a importância de definirmos plataformas e ações para enfrentar a questão da mulher não é apenas decorrente de uma necessidade política pela sua presença crescente. Elas integram o projeto operário de resistência contra a exploração patronal que **usa a desvalorização do trabalho da mulher para desvalorizar o trabalho como um todo**. É dentro dessa lógica que o movimento operário aborda a luta pela emancipação da mulher como parte integrante da luta pela emancipação social de sua classe.

Falta ao movimento operário perceber a especificidade da condição feminina

O movimento operário estabeleceu, desde seu início, uma relação de íntima identidade com a luta pela emancipação da mulher. Não apenas no que se refere à sua abordagem teórica. Em todos os momentos de sua construção o problema esteve sempre presente. Tanto é que importantes contribuições tiveram origem em reuniões internacionais dos socialistas, como simbolicamente o exemplifica a criação do Dia Internacional da Mulher, comemorado até hoje, em todo o mundo.

Nessa trajetória, no entanto, ao lado das históricas contribuições, faltou ao movimento operário uma percepção abrangente da especificidade da condição feminina. Falta esta que ainda hoje limita a ação política da vanguarda operária e sindical.

Compreender a especificidade da condição feminina é fundamental para se entender a dinâmica das relações de trabalho na sua totalidade. A



Encontro sindical para discutir os problemas específicos das mulheres

socióloga Elizabeth Lobo, estudando as particularidades do processo produtivo, dizia que a classe operária tem dois sexos. Mas, chegar a essa compreensão exige um retroceder no tempo que extrapola a própria existência das classes.

Analisando o desenvolvimento da história humana podemos concluir que a especialização no processo de trabalho, a diferenciação de funções entre homens e mulheres não estabelecia, por si, a desigualdade social a que a mulher foi lançada. Marx e Engels em seu *Ideologia Alemã* já assinalavam: "A primeira divisão do trabalho é aquela existente entre o homem e a mulher para a procriação". Alguns antropólogos chegam a apontar que a especialização inicial - homens caçando, mulheres colhendo - estabelecendo uma complementariedade alimentar, foi fator decisivo para o desenvolvimento da espécie humana.

Surgimento do antagonismo de classes modifica não apenas a relação de trabalho

A inicial divisão sexual do trabalho, portanto, tinha por base certa divisão de funções na reprodução. Homens e mulheres se situavam no processo produtivo em íntima relação com suas especializações no processo reprodutivo. Não havia aqui qualquer hierarquização que levasse à subordinação social de um ou outro. Diferentes mas não desiguais era a máxima da humanidade em seus primeiros passos.

Os sistemas sociais que se seguiram ao surgimento dos antagonismos de classe modificaram inteiramente não apenas as relações de trabalho, mas as relações humanas como um todo. É aqui

que a divisão sexual do trabalho assume os reflexos do deslocamento da mulher de sua função social. A mulher passa a ser destinada prioritariamente à reprodução. E a sua relação com o trabalho passa a ser condicionada por esta destinação.

Com o avanço tecnológico as mulheres ficam com as tarefas não qualificadas

"Ao designar prioritariamente as mulheres à esfera reprodutiva, a sociedade determina a esta, papel subordinado à esfera produtiva", afirma Elizabeth Lobo, reconhecendo, no entanto, que "a divisão sexual do trabalho seria mais do que uma expressão da estratégia do capital de 'dividir para reinar', ou de maximizar seus lucros".

Para enfrentar esta estratégia do capital o movimento operário precisa compreender os diferentes aspectos da divisão das funções entre homens e mulheres no moderno processo produtivo. Compreender também como esta divisão integra a estratégia patronal de manutenção da expropriação do trabalho.

Analisando o masculino e o feminino na linha de montagem descreve Elizabeth Lobo: "O objetivo da divisão do trabalho, diz Freyssenet (1977), reside não tanto na divisão das tarefas, mas essencialmente na separação entre concepção e execução, simultânea ao estabelecimento da hierarquia, do controle e da diferenciação das funções". E é esta separação que vai orientar a integração das mulheres no processo produtivo nessa nova fase de modernização tecnológica. Já não se vive mais o período em que o trabalho feminino fabril se resumia aos ramos industriais

considerados um prolongamento do trabalho doméstico. A indústria de material elétrico e eletrônico é um exemplo dessa nova incorporação. Mas é exatamente nela que se expressa uma das facetas da atual divisão sexual do trabalho: às mulheres, as funções não qualificadas; aos homens, as tarefas semi-qualificadas ou qualificadas.

Poderíamos afirmar, de forma genérica, que esta é a principal característica da incorporação feminina na moderna indústria. E traz um componente novo ao movimento sindical. À tradicional carga de atraso das mulheres acrescentam-se as limitações próprias dos setores não qualificados da classe operária. Estas particularidades da incorporação da mulher no processo produtivo exigem uma estratégia especial para assegurar sua integração na resistência à exploração patronal. E é essa estratégia que vem faltando ao movimento sindical.

Presença nos sindicatos não corresponde a incorporação real no processo produtivo

Os sindicatos são espaços essencialmente masculinos. Apesar das modificações ocorridas fruto da resistência das trabalhadoras, a presença da mulher na estrutura sindical não corresponde a seu grau de incorporação no processo produtivo.

Um levantamento realizado do 3º CONCURT, em 1988, indicava que, dos delegados presentes, 24,1% eram mulheres, enquanto a população economicamente ativa, no mesmo ano, era constituída de 35,1% de trabalhadoras. O mesmo levantamento indicava também as dificuldades que as mulheres tinham para integrarem as instâncias de poder. Das delegadas que faziam parte de diretorias, presidentes, vices e tesoureiras tinham pouca expressão, não alcançando, em nenhum dos casos, o percentual de 15%.

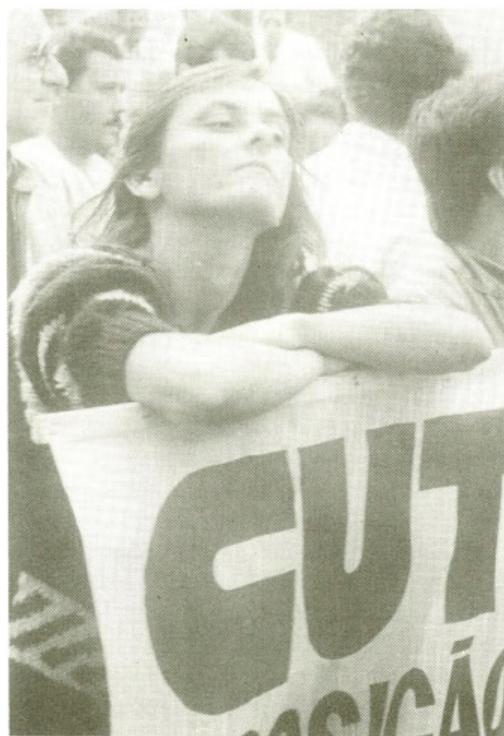
Esta realidade exige que se tente analisar, em profundidade, o problema da mulher em sua ação organizada. Sem sombra de dúvidas, ela enfrenta desafios superiores para conquistar um lugar num espaço hegemônico por homens. A sindicalista mulher tem que ter uma ação mais destacada do que qualquer homem para ser reconhecida como diretora. Em depoimento realizado num seminário da CUT, em São Paulo, a sindicalista Isabel Conceição da Silva falava da experiência das companheiras de diretoria, em porta de fábrica: "A gente era tratada meio como

funcionária do sindicato. Tinha que ocorrer alguma coisa, a polícia vir, a gente enfrentar a polícia, pegar o carro de som, falar, para eles perceberem que a gente é diretora e passar a nos respeitar como direção".

Barreiras do cotidiano não são conhecidas pelos dirigentes sindicais

Quando a mulher entra no mercado de trabalho e na militância o faz mantendo o seu "papel feminino", suas responsabilidades domésticas. Com isto ela acrescenta uma terceira jornada às suas duas anteriores (trabalho e casa), exaurindo ainda mais suas energias. Some-se a isso certas dificuldades que surgem na relação com os maridos e companheiros diante de sua nova atividade. Em depoimento no seminário citado, a sindicalista Mônica Valente exemplifica essas dificuldades: "Nas greves (de sua categoria) os piqueteiros têm que estar no hospital às 5 horas da manhã. A maioria esmagadora é feminina, e elas dizem que os maridos reclamam por elas irem fazer piquete, mas não dizem nada se elas levantam cedo para trabalhar".

Estas barreiras contruídas pelo cotidiano das trabalhadoras são desconhecidas pela maioria dos dirigentes sindicais. Há sindicalistas - homens e mulheres - de tradição combativa que





Sindicalismo deve criar mecanismos que estimulem a participação feminina

assumem uma atitude absolutamente conservadora na discussão dessa questão. resistem a qualquer iniciativa que procure estimular, com medidas especiais, a participação das trabalhadoras. Escondem seu machismo em formulações aparentemente avançadas: "Se a mulher é capaz ela conquista seu espaço de qualquer forma, não precisa criar mecanismos especiais". Demonstram assim, além de um grande atraso, sua incapacidade para compreender em toda a dimensão a opressão sexual desenvolvida pelos patrões. E, quer queiram ou não, favorecem a estratégia da burguesia que procura se apoiar na opressão sexual para ampliar a exploração social.

O movimento sindical tem como desafio responder os problemas postos com ações e programas que tenham como aspectos centrais:

- a intensificação do debate sobre a importância da incorporação da mulher, de forma organizada, na luta operária e sindical. Isto exige que o problema seja discutido em todas as instâncias e em todas as atividades de formação e não apenas em fóruns de mulheres.

- a transformação das reivindicações das trabalhadoras em plataforma do conjunto do movimento sindical, procurando-se contemplá-las

nas cartas programáticas e nas pautas de campanhas.

- o surgimento de mecanismos estimuladores da participação da mulher através da criação de espaços específicos, nos sindicatos e da ampliação de sua presença nas instâncias de decisão. A criação das secretarias da mulher trabalhadora tem se mostrado uma experiência positiva, já que leva o problema para os núcleos centrais de direção. Também está na ordem do dia a discussão, nas entidades de base, de cotas de participação nas diretorias. Esta discussão deve ter em conta as particularidades de cada categoria, abandonando-se o artificialismo de percentuais fixos generalizados.

- a programação de campanhas de sindicalização, com conteúdo específico, tentando atrair, de forma especial, a mulher.

Os avanços já obtidos no âmbito da CUT permitem que a questão da mulher possa chegar a um novo nível na atual situação enfrentada pelos trabalhadores. A feminilização da pobreza é uma realidade em todo o mundo, tornando essa numerosa parcela da força de trabalho poderosa alavanca na luta contra o capital e por uma nova sociedade.

***Diretora da União Brasileira de Mulheres**



Greve na fábrica Zanini, em novembro de 89: um sindicato respeitado na base

Avanço do sindicalismo classista nos metalúrgicos de Ribeirão e Sertãozinho

Djalma Batigaglia *

Há 11 anos surgia, na região de Ribeirão Preto, um sindicalismo combativo, que assimilava a trajetória e experiências da luta operária e compreendia as transformações no movimento sindical brasileiro. Sem receio de fazer uma política unitária, ampla, tornou-se referência da luta popular num pólo agro-industrial chamado de "Califórnia Brasileira", por causa de seu invejável PIB, que corresponde a 15,6% do Estado de São Paulo e 5,6% do Brasil; e por ser responsável por 1/3 do álcool usado no país.

"O Proálcool nasceu para ser um combustível estratégico e para atender a emergência do choque de petróleo de 73. Caminhou modestamente até 79. Quando para atender a emergência do

segundo choque de petróleo, ganhou impulso decisivo. E agora, após nítida desaceleração, volta à cena para atender a emergência de um possível terceiro choque" - essas são algumas das

idéias do usineiro Maurílio Biagi Filho, vice-presidente da Associação Brasileira do Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), e proprietário de um colossal império da região de Ribeirão Preto. Entretanto, a metalúrgica Zanini, empresa de bens de capital do grupo, maior fabricante de equipamentos para usinas de açúcar e álcool do país não chegou a colocar todas as suas unidades à venda. Não apareceu nenhum comprador. Para por suas idéias em prática, o usineiro espera sucesso num programa internacional - do qual está participando em conjunto com sua arqui-rival e concorrente, a Dedini, de Piracicaba - para o fornecimento de sete usinas de açúcar e a implantação de 84 mil hectares de cana no Irã.

Desenvolvimento acelerado da indústria promove mudanças em toda a região

À partir de 1973, a região de Ribeirão Preto, outrora endereço dos barões do café, começa a ser a maior produtora de álcool do país (3,3 bilhões de litros/ano, em 1989). A indústria metalúrgica, cuja atividade vai desde a fabricação de materiais pesados à fundição de aço, cresceu movida basicamente para abastecer as usinas de açúcar e álcool. A vida da cidade de Sertãozinho, com cerca de 100 mil habitantes, gira em torno da cultura canavieira.

Enquanto se apegavam à retórica do "bom mocismo" e da geração de empregos, os usineiros gerenciavam um acelerado desenvolvimento dependente da metalurgia, que mais tarde viria a abalar a própria base do discurso conservador. A concentração metalúrgica em Sertãozinho, por exemplo, crescia de 2 mil para 4,5 mil em 1973, para aproximadamente 10 mil metalúrgicos em 77/79. Grande parte dessa mão de obra veio do campo. Junto com a industrialização acelerada, outras modificações importantes se registravam. A força de trabalho do menor e da mulher se duplicou no campo, em resposta a absorção dos "chefes de família" nas metalúrgicas da região. A discriminação salarial e a desqualificação profissional, durante um certo período, contribuiu para desmotivar e dispersar qualquer resistência dos trabalhadores à exploração desenfreada. No corte de cana ganhou força o emprego de migrantes, safristas (trabalhadores temporários), vindos, sobretudo, do Sul de Minas e do Nordeste. Eram os ingredientes que nos anos 80 desembocariam nas revoltas dos bóias-frias e nas greves metalúrgicas.

Até 86, o modelo de crescimento industrial, amparado no programa Nacional do Álcool, e no lodo do regime militar, tinha em sua defesa um argumento poderoso: a geração de empregos. Contra os que argumentavam com os números constrangedores dos baixos salários, das más condições de trabalho, da perseguição dentro das fábricas, era sempre possível para os patrões apresentarem orgulhosos o papel "social" que cumpriam, chegando, em determinadas épocas, a empregar 25 mil metalúrgicos na região, 10 mil só em Sertãozinho. Em 86, entretanto, se concluiu um processo de agonia lenta da economia local, seguido por grandes demissões - fruto do sucateamento do parque industrial e da crise do Proálcool.

Ainda no contexto desse tipo de desenvolvimento, a industrialização acelerada e dependente de Sertãozinho, propiciou o surgimento de uma cultura oposicionista forte na cidade, ignorando e vencendo o cerco dos novos coronéis das usinas. A opressão feroz nas fábricas, e a necessidade de um instrumento de defesa dos salários e de condições humanas de vida, fizeram nascer com força a oposição à antiga diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos, em 79 e 80.

O fim do peleguismo e os primeiros passos para um sindicalismo classista

Ao chegar no interior de São Paulo, a luta dos operários revelou com clareza duas tendências: a ascensão dos trabalhadores e a decadência do peleguismo. O Movimento Contra a Carestia, em Sertãozinho, foi o embrião das manifestações e greves dos metalúrgicos que começaram a surgir à partir de 79. Já em abril de 1980, o estádio municipal chegou a concentrar mais de 5 mil metalúrgicos em assembléia. Começa aí a ofensiva dos operários para retomarem o sindicato. Primeira tarefa: participar e atrair novos trabalhadores na luta salarial daquele ano. Segunda tarefa: sindicalização em massa. A oposição não fugiu do trabalho dentro do sindicato, nem teve a pretensão de organizar a categoria paralelamente à luta do cotidiano. "O principal desafio era levar o trabalhador para dentro do sindicato, fazê-lo participar da vida da categoria, das assembléias" - lembra o atual tesoureiro do sindicato, Antonio Guerreiro, na época encabeçador da chapa de oposição. E os pelegos da antiga diretoria viam nas assembléias e na sindicaliza-

ção em massa o fim do seu reinado de 16 anos na entidade.

A batalha contra o imobilismo e o peleguismo foi dura. Baseado numa portaria do Ministério do Trabalho, o presidente do sindicato tinha plenos poderes para conduzir o processo eleitoral, incluindo nomeação de mesários, escolha do reteiro das urnas, dos dias e horários de votação. Além do mais, a oposição teve que enfrentar uma verdadeira maratona burocrática de preenchimento de documentos e requerimentos.

Com a vitória da oposição, em 80, novas práticas surgiram no sindicato. Em 81, já era nítido que a organização operária avançava. O sindicato deu ordem na vida jurídica da entidade, abriu subedes na região, já comandava greves por empresa, se jogava na formação do pró-CUT. O nível de luta se elevou. Entretanto, os vínculos com o aparelho do Estado e da Federação não puderam ser rompidos de uma vez.

Dos famosos piquetões ao maior enraizamento nos locais de trabalho

Das batalhas contra os decretos e arrochos da ditadura, o que os metalúrgicos lembram com mais simpatia eram os "piquetões". "A gente permanecia e dormia nas portas de fábricas para ajudar nos piquetes. O pessoal parava porque entendia que a greve era justa, porque tinham confiança no sindicato". De 81 a 85, uma sucessão de greves garantiram aos operários reajustes salariais superiores à política do governo.

"Quando o primeiro ônibus chegou, o pessoal desceu todo e a gente começou a ficar contente. Muita gente tava assustada. Foi um negócio bonito, porque todo o pessoal que ia chegando depois, acabava parando também. Se não parassem... o piquete tava ali era prá parar". Hoje, na opinião do presidente do sindicato, Élio Antonio Candido, da direção estadual da CUT, os piquetões já ficaram só na lembrança. "Naquele tempo era difícil uma discussão aberta com a categoria. O medo prevalecia. O sindicato ainda não tinha se firmado. Nosso instrumento de som era um megafone. Hoje não tem cabimento falar em piquetão em qualquer metalúrgica. O pessoal pára para discutir e debater o momento da greve. Privilegiamos a discussão. Na fábrica todos respeitam o que for decidido. A categoria tá madura".

A surpreendente adesão dos metalúrgicos na greve geral do dia 21 de outubro de 83, reforçou o papel de suas lideranças na preparação do

Conclat. Já em julho de 82, o sindicato organizava o primeiro Enclat na região - rumo à construção da CUT. Nas discussões já aparecem palavras como constituinte, diretas para presidente e direito irrestrito de greve.

Temendo o fortalecimento do sindicato, regime militar ameaça cassar a diretoria

Em todo o país, a ditadura, através dos Decretos Leis, acabou forçando as direções sindicais, mesmo as mais sectárias, a deixarem de lado divergências menores para somar forças contra o governo. Mas, a divisão no Conclat/83 se refletia no próprio sindicato. Setores ligados à Igreja, numa demonstração evidente de exclusivismo, rompeu com a unidade, concentrando todo tipo de ataque na direção do sindicato. Deixaram de lado o programa comum na luta contra o 2.045, e contra a chapa patronal, que voltara para disputar as eleições na entidade. Foram responsabilizados pelos trabalhadores pela omissão na luta contra a ditadura e os pelegos. Na disputa entre três chapas, deu Chapa 1.

Todo aparato policial e jurídico não abalou o ânimo dos operários e do sindicato: os piquetes passaram a ter mais metalúrgicos, com suas esposas e filhos; assembléias lotavam. Em 84, que despontava como o ano da oposição, depois de 12 dias de greve, o sindicato enfrentou a ameaça de intervenção. Agentes da Polícia Federal já haviam sido deslocados para Sertãozinho.

"Os patrões e o Murilo Macedo queriam tirar a diretoria do sindicato por causa do medo. Eles tavam assustados com o nível político que a gente ganhou. Sertãozinho começou a luta por diretas na região". E de fato, o sindicato participou ativamente da campanha, integrando-se com os demais setores da sociedade, rompendo com



"O ônibus chegou e todos desceram" durante a greve de 84

o corporativismo e o economicismo. Afinal, para aqueles dirigentes, a unidade do movimento sindical com setores democráticos e populares era uma questão chave para a criação de um movimento político amplo, representativo e forte. Além do prestígio, o sindicato ajudou materialmente a luta pelas diretas. "E a turma continuou no sindicato. Vencemos a intervenção", lembra um antigo ativista: "Quem saiu foi a ditadura".

Além das greves e das lutas imediatas, o esforço para politizar a categoria

A discussão política no interior do sindicato não é fato recente. Mas a conjuntura depois de 85, era propícia para dinamizar o debate, e atrair um número maior de operários para a esfera da entidade. Trata-se de uma nova fase. Talvez não com a mesma empolgação da luta contra a ditadura. Mas de consciência forjada numa época de eleições abertas, de legalização de partidos clandestinos, de greves gerais, constituinte e de uma nova grande campanha por eleições diretas, contra os cinco anos de mandato do governo Sarney.

Ao lado das greves e das lutas cotidianas, a orientação do sindicato era no sentido de engajar os trabalhadores de maneira organizada nos desafios enfrentados pelo conjunto do povo. Em novembro de 89, a entidade realizava assembleias para discutir com a categoria as eleições presidenciais. O jornal do sindicato solta uma nota defendendo o voto em Lula: "o nosso sindicato, com uma posição oficial e política de toda a sua diretoria, referendada pelos trabalhadores, reafirma que estamos com Lula e a Frente Brasil Popular. A luta entre Lula e Collor é expressão política da luta do povo contra os exploradores. (...) Chega de elite no poder! O sindicato conclama os trabalhadores metalúrgicos a irem às urnas e elegermos o companheiro Lula para o Brasil mudar de cara". Lula venceu em Sertãozinho no primeiro e no segundo turno, com votação bem superior a Collor.

No clima de polarização política que marcou o fim do governo Sarney, ocorreram as eleições no sindicato. A Chapa 2, patrocinada pelos usineiros e por Medeiros, ficou com menos de 10% dos votos.

Com a vitória de Collor e o debate do Leste europeu, forma-se novo quadro político e uma nova ordem internacional. O sindicato, porém, não se comporta apenas passivamente diante do avanço do neo-liberalismo. Se pronuncia contra a intervenção americana no Golfo e expõe as

verdadeiras causas do conflito. Em agosto de 91 o jornal da entidade trazia uma matéria especial sobre a queda de Gorbachev. "Depois de entrar pelas portas do fundo da reunião dos 7 países ricos, Gorbachev foi arrancado do poder (...) a televisão vai fazer de tudo para defender esse traidor do socialismo e dos trabalhadores do mesmo jeito que defendem Collor".

Sindicato não se intimida diante da onda neoliberal e defende do socialismo

Os patrões, imediatamente, publicaram matéria paga nos jornais de Sertãozinho, defendendo Gorbachev e criticando o posicionamento do sindicato: "este foi, talvez, o único panfleto de apoio ao golpe na União Soviética que circulou no mundo", acusa a nota patronal.

"Às vezes é preciso muita coragem para apontarmos o rumo da luta dos trabalhadores. Foi assim em relação à queda de Gorbachev. No próprio panfleto distribuído, dizíamos para a categoria que ainda era cedo para saber que rumos as coisas iriam tomar na URSS. Mas que era preciso para os trabalhadores combaterem sem tréguas ao capitalismo. No outro dia Gorbachev voltava ao poder. Raivosa, a burguesia fez de tudo para desacreditar e isolar o ousado posicionamento do sindicato. Mas os fatos posteriores, ocorridos na URSS comprovam que estávamos certos". Essa é a opinião de Élio Candido, presidente do sindicato, sobre a controvertida e corajosa nota distribuída pela entidade.

Enquanto isso, a categoria continua a marcha rumo à politização inaugurando talvez, sua etapa mais difícil. Mas já se vê metalúrgicos distribuindo panfletos, participando de reuniões, onde se discute, por exemplo, "o Fora Collor". A



Candidato da Frente Brasil Popular foi o mais votado na região

politização e a criatividade caminham juntas. "Nós rompemos, na prática, com o sindicalismo colaboracionista e conciliador. O sindicato está aí para marcar sua presença e exigir mudanças", garante Candido.

A nova tática dos usineiros para enfraquecer a luta dos metalúrgicos da região

Os esforços patronais para acabar com a luta dos metalúrgicos, reprimindo e perseguindo a atividade do sindicato, ao longo de vários anos, foram em vão. Agora, a ofensiva voltou a campo com novas formas. Humilhação e exploração passam a ser vocábulos descartados pelos empresários locais. Alegam que, de agora pra frente, o diálogo passa a ser a via privilegiada nas "novas relações industriais". Talvez por isso, o usineiro Biagi emprestou seu jato particular para buscar Antonio Medeiros, para participar do 1º Congresso Regional da Força Sindical no país, realizado em Sertãozinho. Congresso, aliás, patrocinado pela Zanini e pela Prefeitura Municipal (PDS). Ou então a vinda de Wolfgang Sauer, ex-presidente da Autolatina e da Volkswagen, para assumir o Conselho de Administração do grupo Zanini.

Procurando ganhar adeptos, principalmente nas Comissões de Fábricas, os patrões souberam aproveitar habilmente o espírito de cooperação que ainda prevalece na consciência de muitos trabalhadores. Desde conversas nos escritórios, churrascadas e festas particulares, viagens internacionais, liberação do trabalho, até poder de mando (chefia) dentro da fábrica, tudo foi utilizado para cooptar operários para as "novas relações".

E foram justamente os setores privilegiados nas folhas de pagamento e com função confortável nas empresas, sem serem majoritários, e numericamente desprezíveis, que se sentiram atraídos pela pregação patronal.

"O pessoal, dois ou três, falam que de agora pra frente tudo quanto é coisa ia ser na conversa. Que greve poderia afastar cliente, prejudicar ainda mais. Na conversa eles só acertaram as coisas para eles mesmo. Pro peão foi só chumbo" - reclama indignado um metalúrgico. Essa reação mostra que apesar do discurso conciliador, se manteve a tendência de controle e exploração dos operários. Este é exatamente o fator determinante da fraca adesão dos trabalhadores ao projeto do "diálogo" proposto pelos usineiros. Uma característica que decorre, principalmente, da



Élio Candido em assembléia no interior da fábrica

ganância patronal e da combatividade dos metalúrgicos na região.

Seguindo a velha fórmula do "faça-o-que-eu-digo-mas-não-faça-o-que-eu-faço", membros da Comissão de Fábrica não se comportavam democraticamente como diziam em seus discursos. As conversas e os benesses com os patrões eram para um privilegiado grupo. As discrepâncias se acumularam de tal forma, que mesmo dentro das comissões, não se conseguiu impedir que uma parcela destacada de trabalhadores rompesse com a orientação colaboracionista.

Eleição da comissão de fábrica confirma a derrota das técnicas de cooptação

A tentativa patronal pôs de pé um projeto tão frágil que, bastou um ano de funcionamento, para ser condenado pelos trabalhadores. As eleições de 91 para as Comissões de Fábrica foram um atestado de derrota para aqueles que apostavam nas "novas relações" entre capital e trabalho. Parte dos precursores da falida proposta foram chamados para cargos de confiança nas empresas, e se dedicam à estruturação da Força Sindical.

Entretanto, essas mudanças no comportamento das empresas, estão associadas a um novo fator: o reaquecimento na indústria e as "relações perigosas" retomadas entre usineiros, governo e capital estrangeiro. Biagi propõe que o governo federal, seu mais forte cliente, volte ao círculo da vergonhosa política de subsídios sob o manto do Proálcool. E aposta nos investimentos diretos do estrangeiro, que passariam a controlar os centros mais dinâmicos da cultura canavieira.

Na década de 70, o grupo Biagi alcançou seu auge, reunindo 25 empresas, graças à exploração sem freios, não só na produção do açúcar e álcool, mas também na sua presença no setor de



Sindicato investe na politização da categoria operária

bens de capital. O setor ia de vento em popa, devido à política de apoio governamental desenvolvida, principalmente, à partir da ditadura do ex-presidente general Ernesto Geisel. Foi nesse período que o poderoso grupo Biagi se ramificou, atuando em áreas bastante diversificadas, desde a produção de açúcar e álcool, indústria de fertilizantes, de bebidas (a Coca-Cola na região de Ribeirão Preto), construção civil, e até empresas de corretagem de seguros e transporte. Isso sem contar enormes latifúndios controlados pelo grupo na estrutura agrária da região.

Empresários afirmam que "Sertãozinho é hoje um inferno aos investidores"

Algumas declarações dos empresários ajudam a compreender o papel das "novas relações industriais"; uma espécie de amortecedor da luta e da consciência dos operários. "Sertãozinho é hoje um inferno aos investidores. Eles fogem da nossa região devido ao radicalismo do sindicato" - reclama o empresário Wagner Stefanoni, presidente do Centro das Indústrias de Sertãozinho (Ceise). A acusação é uma bobagem e, pior que isso, oculta o que realmente está por trás dos sonhos das elites regionais: transformar a região num paraíso para os capitalistas, sobretudo, aumentando a presença do capital estrangeiro. Um cômico exemplo da hipocrisia patronal e sua eterna mania de coronéis da grandeza é a declaração de Biagi sobre "o merecido valor do Proálcool no momento em que as Nações Unidas se preparam para discutir uma nova convenção internacional para proteger a atmosfera terrestre, marcada para 1992 no Brasil". Segundo seu raciocínio, é o capital estrangeiro controlando nos-

so desenvolvimento no setor, que fará do Brasil o país do futuro.

Com essas idéias, os empresários pretendem exercer influência cada vez maior nos trabalhadores, e criar uma "aristocracia" entre os operários. Segundo eles, para transformar a Califórnia Brasileira na "Terra Prometida", é preciso extirpar qualquer tipo de resistência ao poder que exercem na região.

Um retrato dos avanços e dos desafios do sindicalismo classista em nosso país

Em 92, a consciência de encontrar-se diante de uma tarefa inédita relembra curiosamente o espírito que, ainda em 80, marcava as primeiras manifestações dos metalúrgicos na região. A nossa fase que o sindicato discute, deverá amadurecer quais os desafios e respostas para a organização de um sindicalismo classista hoje. Não apenas continuar sua trajetória vitoriosa, mas coroar a história tão complexa e conflitante desses 11 anos com a elevação do trabalho sindical.

Quem quer que examine o comportamento da luta dos operários na recente história brasileira, não pode deixar de considerar o papel dos metalúrgicos, de 78 pra cá, época de intensa atividade e reestruturação dos sindicatos combativos. Esses 11 anos à frente da luta da categoria, fez do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto e Sertãozinho e região, um retrato, em 3X4, do avanço e dos desafios do sindicalismo classista em todo o país.

*Assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Região

O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista

Thomas Gounet

A revista "Estudos Marxistas", editada na Bélgica, publicou recentemente um artigo intitulado "A concorrência e a estratégia de acumulação na indústria automobilística". Assinado por Thomas Gounet, o texto apresenta uma rica análise sobre os vários métodos capitalistas de organização do trabalho. Dada a importância desse debate, também aqui no Brasil, reproduzimos o trecho que trata do toyotismo - técnica organizacional japonesa mais elogiada pelo empresariado tupiniquim na atualidade.

O toyotismo, como uma nova forma de organização do trabalho, foi implantado no Japão, progressivamente, durante duas décadas, de 1950 a 1970, na Toyota. Ele tem uma dupla origem. Primeiro, era preciso ser tão competitivo quanto as empresas norte-americanas, e depressa, sob pena de desaparecer. Em 1945, logo após a derrota japonesa e no momento da ocupação aliada, o presidente da Toyota, Kiichiro Toyoda, declara que é vital "alcançar os norte-americanos em três anos, sem o quê será o fim da indústria automobilística japonesa".

A segunda origem é a necessidade de aplicar o fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago. Kiichiro Toyoda escreve, já em 1933: "Quanto ao método produtivo,

tiraremos partido da experiência norte-americana de produção em série. Mas não o copiaremos. Vamos lançar mão de nosso potencial de pesquisa e criatividade para conceber um método produtivo adaptado à situação de nosso país". Taiichi Ohno, que foi por muito tempo vice-presidente da Toyota e é considerado o pai do toyotismo, acrescenta: "Creio que foi esta a origem da idéia do tempo justo (*just-in-time*)".

Em que consistem os novos métodos de produção? Pode-se resumí-los em seis pontos:

1. A produção é puxada pela demanda, o crescimento pelo fluxo. No sistema fordista, a meta era produzir o máximo, em grandes séries. Vender era tarefa do departamento comercial. No Japão isso não é rentável. É preciso produzir

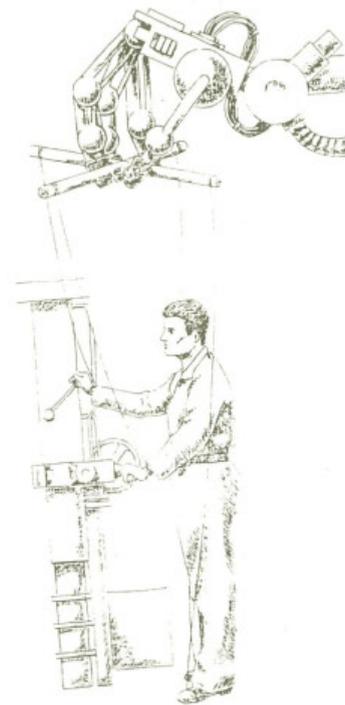
muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo. O sistema baseia-se um pouco no exemplo dos supermercados: enche-se as prateleiras, os clientes vêm, se servem e, conforme fazem as compras, a loja volta a encher as prateleiras.

"A empresa só produz o que vende e o consumo condiciona a produção"

Assim, a empresa só produz o que é vendido e o consumo condiciona toda a organização da produção. Para simplificar: existe um estoque mínimo de veículos apresentados aos clientes; estes escolhem seus carros; a Toyota então reconstitui o estoque em função do que foi vendido; produz os carros que faltam; mas para isto, precisa dos componentes específicos dos modelos comprados; retira-os dos estoques; as indústrias de autopeças renovam então as reservas esgotadas; também elas devem ter peças e se aprovisionam em estoques previamente constituídos; e assim por diante. Desta maneira, a produção é puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo.

2. A carência de espaço no Japão e a obrigação de ser rentável incitam a Toyota a combater todo desperdício. A empresa decompõe o trabalho de uma fábrica em quatro operações: - transporte, - produção propriamente dita, - estocagem, - controle de qualidade. Destas atividades, apenas a produção agrega valor ao produto. As outras, embora indispensáveis, não agregam valor. Representam custos, e, portanto, é preciso limitar ao máximo o tempo de transporte, estocagem e controle de qualidade. Eis por que a máxima fluidez da produção é o objetivo supremo. Ela significa situar tanto quanto possível as operações uma ao lado da outra, limitar o transporte no espaço mas multiplicá-lo no tempo, evitar que se formem estoques em qualquer ponto da cadeia. O único estoque realmente tolerado é a reserva por onde escoo o fluxo da cadeia.

3. A flexibilidade do aparato produtivo e sua adaptação às flutuações da produção acarretam a flexibilização da organização do trabalho. O parcelamento das tarefas do fordismo já não é suficiente. As operações essenciais do operário passam a ser, por um lado, deixar as máquinas funcionarem e, por outro, preparar os elementos necessários a este funcionamento de maneira a reduzir ao máximo o tempo de não-produção. Assim, rompe-se a relação um homem/uma máquina.



"Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas industriais"

Na Toyota, desde 1955 um trabalhador opera em média cinco máquinas. Enquanto quatro delas funcionam automaticamente, ele carrega, descarrega, prepara a quinta. Se há duas máquinas para operar ao mesmo tempo, ele chama um colega. Isto tem duas consequências imediatas: o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso.

4. Para organizar concretamente a produção instala-se o *kanban*. É uma espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada. Assim, quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montando, pega um painel na reserva. Neste momento, retira o *kanban* da peça empregada. Esta volta ao departamento que fabrica painéis. Esta unidade sabe então que precisa reconstituir o estoque esgotado. Portanto, o *kanban* serve antes de mais nada como senha de comando. Mas na organização flexível da produ-

ção, puxada pela demanda, é um método rápido, fácil e essencial.

5. O objetivo da Toyota é produzir muitos modelos, mas cada um em série reduzida. Isto quer dizer que uma mesma linha de montagem deve produzir veículos diferentes. Cada vez que há um novo modelo, é preciso mudar as máquinas, adaptá-las. Mas isto exige tempo, no início muito tempo. É um obstáculo de vulto à implantação do sistema Toyota. Fabricar vários modelos diferenciados e não só um modelo é uma vantagem. Porém se são necessárias quatro horas para adaptar os instrumentos torna-se um inconveniente. É mais interessante realizar de uma só vez a produção mensal de um modelo, só depois modificar os instrumentos e passar ao modelo seguinte. Mas isso é puro fordismo. Está em contradição com o ponto 1, a produção puxada pela demanda.

Tempo de adaptação de uma máquina é reduzido de quatro horas para três minutos

É o professor Shigeo Shingo que resolve o problema, em 1969, graças ao SMED, *single minute echange die*. Pouco a pouco, ele consegue reduzir o tempo de adaptação de uma máquina como uma prensa de mil toneladas, de quatro horas para três minutos. Ele baseia-se no princípio de que é preciso preparar ao máximo, antecipadamente, as operações de mudança, para reduzir ao mínimo a intervenção no momento em que a máquina está parada.

6. Muito já se falou da importância do conjunto da linha de produção na indústria automobilística. Se os fabricantes japoneses são mais competitivos, devem sê-lo em toda a linha. Em vez de aprofundar a integração vertical, como as empresas norte-americanas, eles desenvolvem relações de subcontratação com os fornecedores de autopeças. Os fabricantes de autopeças são empresas à parte, embora as montadoras as mantenham sob controle por meio de participações de capital, ajuda em investimentos e a incorporação em associações dos subcontratados titulares de cada empresa automobilística.

A Toyota impõe aos fornecedores seu sistema de produção: máxima flexibilidade, obrigação de instalar-se em um raio de 20 km de suas fábricas, para reduzir o transporte, emprego do *kanban* dentro da fábrica de autopeças e entre esta e a Toyota... Aproveitando as condições mais penosas de trabalho nas subcontratadas (os custos salariais são geralmente inferiores em 30

a 50%), a montadora fixa as condições de preço, prazo e qualidade destas empresas, de modo a produzir veículos a baixo custo, *just-in-time* e de qualidade impecável. É um aspecto fundamental da vantagem dos fabricantes japoneses na concorrência.

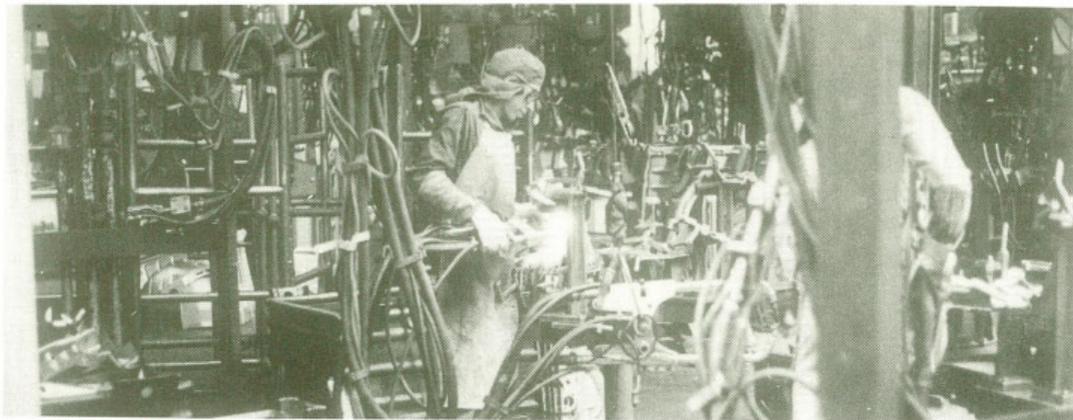
"O novo sistema exige ainda mais do trabalho operário do que os métodos fordistas"

Se fosse para resumir o sistema toyotista em uma frase, diríamos que é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada. Frequentemente também se caracteriza o toyotismo pelos *cinco zeros*; - Zero atrasos: a demanda puxa a produção, o fluxo comanda o crescimento; um cliente não deve esperar para comprar um carro; - Zero estoques: só são permitidas as reservas de base; - Zero defeitos: cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente; - Zero panes: as máquinas nunca são usadas com capacidade plena e são escolhidas não em função de seu avanço técnico, mas de sua função na cadeia; para uma operação simples, é preferível uma máquina simples; - Zero papéis: o *kanban* reduz fortemente as ordens administrativas e a papelada em geral.

O novo sistema de produção exige ainda mais do trabalho operário que o fordismo. Isto vale para a subcontratação, mas também para as fábricas da montadora.

1. A intensificação do trabalho atinge o auge. A mão-de-obra é empregada ainda mais intensamente que antes. Um exemplo é a mudança da relação um homem/uma máquina para uma relação de uma equipe/um sistema (onde cada homem opera em média cinco máquinas). No toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário atinge um patamar superior.

Porém há mais: o gerenciamento *by stress* (por tensão). Em toda a cadeia de produção, há sinais luminosos com três luzes: verde, tudo em ordem; laranja, há super-aquecimento, a cadeia avança em velocidade excessiva; vermelha, há um problema, é preciso parar a produção e resolver a dificuldade. Alguém poderia acreditar que o objetivo é acender em todos os setores um verde tranquilizador. Nada disso! Se a luz está verde é sinal de que exigem problemas latentes, que não aparecem. É preciso então acelerar o fluxo. As-



Novos métodos reduzem o número de empregos e aumentam a exploração capitalista

sim, a cadeia estará no limite da ruptura. Os problemas aparecerão. A empresa poderá remediá-los e elevar a produtividade, o desempenho, a capacidade de fabricar carros de qualidade. É preciso portanto que os sinais oscilem permanentemente entre o verde e o laranja, o que significa uma elevação constante do ritmo de produção.

2. A flexibilidade da produção exige flexibilidade do trabalho e dos trabalhadores. Concretamente, a Toyota começa por um número mínimo de operários que montam os carros em condições pessimistas de venda. Se o mercado melhora e permite aumentar a produção, há duas possibilidades: ou os operários são obrigados a fazer horas-extras, ou a empresa contrata assalariados temporários. Caso a alta continue, o fabricante pode admitir mão-de-obra suplementar. Mas a política básica é usar o mínimo de operários e o máximo de horas-extras. Um operário da Toyota fica na fábrica 2.300 horas por ano, em média, ou seja, sem levar em conta as licenças, uma média de 44 horas por semana. Em comparação, o trabalhador de uma montadora na Bélgica (Ford-Genk, General-Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gand) permanece entre 1.550 e 1.650 horas/ano.

3. Além disso, para trabalhar em equipe o operário tem que ser polivalente. Em outras palavras, entrar na grande família Toyota exige mais aptidões que o fordismo. Mas os salários não são corrigidos à altura do aumento da qualificação.

É claro que os operários só aceitam as novas exigências no caso de uma correlação de força desfavorável, ou de uma compensação suficiente para o trabalho mais penoso. Os fabricantes japoneses jogaram nos dois sentidos.

O principal obstáculo quando eles lançam as bases de seus sistema produtivo, no início dos anos 50, é o sindicato. Este se desenvolveu após a guerra contra o fascismo. Tem certos pontos em comum com as organizações de trabalhado-

res da Europa e América do Norte. Para os fabricantes japoneses, possui dois defeitos essenciais. Primeiro, baseia-se na solidariedade de classe e não na colaboração com o patronato. Segundo, é combativo. Em 1946, há em média 118 paralisações do trabalho por mês, em 1947, 113, em 1948, 170. Em resumo "é preciso acabar com o sindicato.

Para implementar o toyotismo, patronato investe contra os sindicatos e joga na divisão

A oportunidade se apresenta no início dos anos 50. Em 1950, a Toyota decide suprimir 2 mil empregos. A resposta imediata é a greve. Esta dura muitos meses, envolvendo inclusive os fornecedores titulares da montadora, como sua filial Nippondenso. A empresa termina vencendo, graças ao apoio dos bancos: as demissões são mantidas. Mas seu presidente tem que pedir demissão. O conflito marca os trabalhadores japoneses e também a empresa. Esta, para evitar outros enfrentamentos, opta por manter um efetivo mínimo, mas com estabilidade quase plena.

Um segundo choque entre patrões e sindicato ocorre na Nissan, em 1953, com consequências ainda maiores. Os trabalhadores páram por reivindicações salariais. Logo o presidente da Nissan promove um locaute na fábrica e espera que a greve se esgote. A Nissan tem tempo: dois bancos, sendo um o Fuji Bank, pertencente ao mesmo grupo da montadora, emprestaram-lhe o equivalente aos negócios de um ano. Depois, quando sente que pode resolver o conflito em seu proveito, o presidente da Nissan faz com que os líderes sindicais sejam presos e cria um novo sindicato, por intermédio de um operário colaboracionista. Este visita os grevistas, aconselha-os a entrarem no novo sindicato e retornarem ao

trabalho, para não perderem o emprego. Esfaimados, desmobilizados, chantageados, os trabalhadores voltam à empresa. A Nissan criou o sindicato-casa, aquele que hoje é o típico sindicato japonês, rapidamente imitado em todo o arquipélago.

Assim, os fabricantes usam a cenoura e o chicote, a garantia de emprego vitalício e o sindicato totalmente atrelado ao patrão, para impor a seus empregados as mudanças nas condições de trabalho. Isto é fundamental para o novo sistema. O próprio Taiichi Ohno reconhece: "O fato que tornou isto possível no Japão, aliás não sem dificuldades (devidas ao temperamento dos companheiros) resulta provavelmente da ausência de sindicatos por categoria, tais como os existentes na Europa e sobretudo nos Estados Unidos".

No Japão um veículo é fabricado em 19 horas. Já na Europa a média é de 36

Os resultados falam por si. Evidentemente a melhor prova do êxito japonês é a conquista de fatias do mercado. Entretanto, apesar da dificuldade de se fazer comparações, é possível encontrar indicadores ainda mais precisos. O Instituto Massachusetts de Tecnologia (MIT) calculou o número de horas/homem necessárias em 1987 para fabricar um veículo. Embora a amostragem seja relativamente reduzida, a superioridade japonesa é indiscutível: 19 horas no Japão, 26,5 em média nos Estados Unidos, 22,6 nas melhores fábricas européias e 35,9, quase o dobro, na média da Europa.

O desempenho japonês liga-se antes de mais nada às mudanças ocorridas desde 1970. Se os construtores japoneses ganham parcelas do mercado, é principalmente porque seu sistema produtivo responde melhor às transformações que ele sofre.

1. O toyotismo pode enfrentar melhor a crise econômica e a saturação do mercado. Ohno declara: "Eu não teria a petulância de dizer qual é o melhor, se o sistema Ford ou o Toyota. Penso contudo pode afirmar, com base na experiência, que o sistema Toyota adapta-se melhor a uma

economia em crescimento lento". Tomemos um exemplo ilustrativo. Suponhamos que durante um mês a demanda normal seja de 900 mil carros do modelo A, 600 mil do modelo B e 300 mil do modelo C. O fordismo concentraria a montagem do tipo A na primeira quinzena, passando ao tipo B nos dez dias seguintes e, por fim, ao tipo C. Mas se, por acaso, os consumidores do modelo A se voltarem para o modelo C, e no dia 20 ficar claro que é preciso oferecer 600 mil veículos de cada tipo? O fabricante ficará em maus lençóis: já produziu 900 mil modelos A e não pode atender todas as encomendas do C. Mesmo que acelerar a produção nos últimos dias do mês, ficará com um estoque de 300 mil carros A. Mas se ele adota o *just-in-time* e o sistema SMED, pode produzir todo dia 30 mil veículos do tipo A, 20 mil do B e 10 mil do C. Caso haja mudança no dia 20, basta equilibrar a produção: 20 mil B e 40 mil C, até o fim do mês. E não haverá estoque.

2. O toyotismo adapta-se melhor aos abalos tecnológicos, que exigem maior flexibilidade e integração dos sistemas de produção. Mas, tal como no caso da Ford do início do século, não é a tecnologia que explica a superioridade japonesa. Pelo contrário, a Toyota faz questão de usar máquinas simples, confiáveis, que não entram em pane de um hora para outra. Não tem nenhum empenho em transformar suas fábricas em oficinas do futuro, inteiramente robotizadas. Shigeo Singo escreve: "O emprego de robôs comandados por computadores, muito caros, e de máquinas especiais feitas no exterior é muito mal visto pela Toyota. Os gastos são vistos como inúteis. A idéia é que pode-se parar de empregar máquina cara, que acarreta custos elevados, e que mais vale reduzir os custos e usar máquinas antigas. Assim, mesmo se uma máquina é cara, é mais rentável deixar de usá-la e empregar outras que produzirão a custo inferior".

3. O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez de linha individualizada, ele integra uma equipe. No lugar da produção em massa, para desconhecidos, trabalho um elemento para "satisfazer" a equipe que vem depois da sua na cadeia. Em suma, o toyotismo elimina, **aparentemente**, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor. Afinal, chegou a hora do enriquecimento profissional, do cliente satisfeito, do controle de qualidade.

Tradução de
Bernardo
Joffily



Greve geral de maio passado, que a imprensa burguesa fez de conta que não viu

Um contraponto entre a imprensa sindical e os jornais da burguesia

Roseli Figaro *

Com 12 milhões de exemplares/mês, pode-se dizer que a imprensa sindical já faz uma certa contraposição à grande imprensa. Pelo menos em São Paulo, pois 2/3 das publicações sindicais concentram-se neste Estado. Forçados por essa realidade, os jornais da grande imprensa montam editorias sindicais e buscam especializar jornalistas na área. Mas qual é o tratamento dado à notícia pela comunicação popular e pela massiva. Esse é o tema do artigo a seguir.

Entendemos por comunicação popular aquela que é produzida e dirigida aos movimentos populares e sindicais, de contraposição e resistência ao status-quo; e por comunicação massiva aquela que se dirige à grande parcela da população, utilizando linguagem qualificada, quase oral, repleta de chavões, cuja preocupação central é traduzir ao nível mais elementar as idéias das classes dominantes.

Abordaremos o problema a partir dos jornais **O Veículo** e o **Plataforma**; e do jornal da grande imprensa **Notícias Populares**. A notícia que recortamos foi a greve geral de 22 e 23 de maio de 91.

Como a imprensa sindical abordou a greve geral dos dias 22 e 23 de maio passado

A adesão e a real paralisação das categorias dos motoristas e dos metroviários de São Paulo, por ocasião da greve geral dos dias 22 e 23 de maio passado, foi o motivo que nos levou a escolher os jornais **Plataforma** e **O Veículo** para análise.

Interessante que os dois sindicatos da área de transportes, com data-base (época do ano que os sindicatos reivindicam aumentos salariais) em maio, estavam desenvolvendo suas respectivas campanhas depois da realização de Congressos em ambas categorias - os metroviários realizaram seu III Congresso entre os dias 4 e 7 de abril e os motoristas entre os dias 15 e 17 de fevereiro. Pudemos perceber que a participação dos trabalhadores da base nos congressos, a discussão da política geral e sindical, tiveram importância na organização das campanhas salariais e, em decorrência, na greve geral.

Outro dado valioso é que ambas as categorias em processo de campanha salarial, com diversas mobilizações anteriores, estavam sofrendo com o impasse das negociações. As empresas (Metrô, CMTC e Transurb) alegavam dificuldades devido ao plano econômico do governo federal. Portanto, a participação na greve geral foi bastante vinculada ao impasse das negociações das respectivas campanhas salariais e à necessidade de uma forma de luta concreta para pressionar as empresas.

Os jornais dos sindicatos desde seus congressos vinham denunciando a política salarial do governo federal e vinculando a situação de dificuldades econômicas de todos os trabalhadores diante dessa política. Quando da greve geral, convocada como forma de manifestação contrá-

ria à recessão e ao desemprego, estabeleceu-se a vinculação concreta entre as reivindicações das centrais sindicais e dos trabalhadores dessas categorias. Ficou claro também, através do **Plataforma** e do **O Veículo**, o apoio das direções sindicais à greve geral, bem como, o seu esforço na condução da campanha salarial para que as categorias participassem do movimento geral.

O período de campanhas salariais é conhecido como de intensa movimentação sindical. Nos sindicatos autênticos é um momento de maior participação da base na entidade, portanto de maior democracia. Neste sentido privilegiado, pois acabavam de sair de um processo bastante amplo de discussões com a realização de seus congressos. Por isso, para procedermos a análise dos jornais do período da greve geral, foi preciso recolhermos os jornais e boletins desde o período dos congressos das categorias.

Aos congressos, foram apresentadas, inclusive, teses sobre o funcionamento das respectivas imprensas, com resoluções que apontam para um melhor equipamento do setor, para a maior interferência dos trabalhadores da base nos jornais e para a realização de seminários que discutam um projeto de funcionamento para a imprensa sindical.

"O Veículo", órgão oficial do Sindicato dos Condutores, completa 50 anos de vida

O Veículo é órgão do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramos de Transportes urbanos, Rodoviários e Anexos de São Paulo, entidade que completa agora 50 anos de existência. Aglutina uma gama bastante diversificada de trabalhadores dos transportes, que inclui os setores urbanos, rodoviários, de cargas, turismo e fretamento, e os trabalhadores que exercem a profissão de motoristas e seus ajudantes, não importando em qual ramo de atividade estiver a empresa.

O Sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores em 1989 e, há três anos, vem desenvolvendo um trabalho pioneiro na categoria, organizando-a a partir das garagens e dos locais de trabalho. **O Veículo** número 73 traz os números desta organização: são 878 trabalhadores organizados em 59 CIPAS, 410 trabalhadores organizados em 43 comissões de garagem e 42 delegados sindicais organizados em 7 empresas.

O departamento de imprensa é composto por: Evandro A. Peixoto, Nely Yoshie (redação), Wilson Salles (diagramação), Eton (ilustração), e o

diretor responsável é o presidente do Sindicato, Edivaldo Santiago Silva; além da equipe da gráfica.

Segundo declarações de Evandro A. Peixoto, **O Veículo** tem periodicidade semanal, podendo variar conforme a necessidade e as exigências do momento. A tiragem é de em média 50 mil exemplares, o formato é tablóide duas páginas, podendo adquirir a depender da ocasião, o formato officio quatro páginas, ou standard duas páginas. A distribuição é feita pelos diretores do sindicato, com a colaboração dos militantes.

Evandro diz que as pautas dos jornais são elaboradas em reuniões da diretoria executiva com a eventual participação de outros trabalhadores vinculados à notícia ou à temática do jornal. As matérias são elaboradas e depois retorna-se a reunião com diretores para o fechamento. As principais fontes de informação, continua Evandro, são os diretores, os membros das comissões de garagens, os cipeiros e os militantes da categoria. Dificilmente a equipe faz cobertura nos locais de trabalho. Excessão se dá em períodos de greve, onde vão às assembléias, aos piquetes e às portas de garagem.

Preocupação com o volume de informações e qualidade dos materiais impressos

A avaliação da penetração da imprensa do sindicato é bastante difusa, ficando restrita às opiniões dos diretores e de alguns militantes. Ainda segundo Evandro, o sindicato está preocupado com isso e pretende organizar um seminário sobre imprensa com a participação dos representantes de base e uma pesquisa para avaliação da penetração do jornal. Questionado se a categoria tem uma linguagem própria, Evandro nos disse: "eu não saberia te dizer como isso se dá, mas é muito comum um diretor, um militante chegar aqui na sala e dizer: olha precisa mudar essa linguagem, o peão fala diferente e dá seu puxão de orelha para gente ficar esperto, não se acomodar naquela linguagem padrão, naquele discurso rotineiro de sindicato."

Como já havíamos destacado, a participação do sindicato na greve geral foi durante a campanha salarial da categoria, o que permitiu ligar as duas lutas mais naturalmente. Os jornais números 67, 68, 69 e o boletim 443 tratam da greve geral, além de outros assuntos relativos a campanha salarial.

O número 67 e o boletim 443 convocam a categoria para uma assembléia, que discutirá a

campanha salarial e a participação da categoria na greve geral. No boletim há matérias que dão informações sobre a preparação da greve geral e explicam quais são os motivos que levaram as centrais sindicais a escolherem o caminho da greve. Todos os informativos citados estão impressos em duas cores, têm títulos grandes, bastante ilustrados, com desenhos, traços, vinhetas, fios. As chamadas são curtas e a letra dos textos possui corpo grande (de 12 para cima), sempre fazendo a ligação da greve geral com a campanha salarial da categoria: "Vamos fazer dessa greve geral o primeiro momento de ofensiva de nossa Campanha Salarial" (bol. nº 443).

Característica do jornal é de agitação, com texto leve e chamadas para acção

No jornal número 67 nova convocatória para assembléia e outra vez o chamamento para a greve geral, dando destaque para um texto curto em letras grandes, que diz que a greve geral é uma convocação da CUT contra a política econômica de miséria, arrocho e fome. Textualmente: "O governo Collor está jogando milhões de pais de família no olho da rua, esfolando os aposentados, mutuários e toda a classe trabalhadora. Basta!"

Como podemos observar a linguagem é muito próxima da oral. Os termos usados para o protesto contra o governo dizem respeito diretamente à vida concreta dos trabalhadores de sua base, que possui grande número de aposentados, ganhando salários baixos, a maioria da categoria tem problemas de moradia e o desemprego terror



de todos que vivem de salário, é uma realidade no setor devido à razoável rotatividade.

Feita a assembléia, aprovada a participação na greve geral, sai o jornal 68 dando destaque à greve, convocando a todos para a movimentação. A chamada de capa é: "O transporte coletivo vai parar", "motorista respeite esse sinal", e logo em baixo do texto há a placa de pare - sinal de trânsito - usada pelas centrais para convocar a greve. Mais uma vez o jornal explica que a greve geral será a "grande mobilização desta campanha salarial." E, neste sentido, o restante do jornal (nº 68) - parte da capa e todo o verso - trata da campanha salarial, já anunciando a operação vapt-vupt. Essa terminologia foi aprovada numa reunião com os militantes da categoria, dando novo significado ao termo que é utilizado pelo comediante Chico Anysio em seu programa da Rede Globo: Escolinha do Professor Raimundo.

No **O Veículo** nº 69 há no verso uma matéria, até que grande comparativamente às demais, que realiza um balanço da greve geral. A matéria tem por título: "Por uma vida melhor, os trabalhadores foram à luta" e critica duramente os meios de comunicação que divulgaram a greve geral como fracassada. Aponta esses meios como ligados ao governo Collor, diz do interesse das empresas em divulgarem que a greve geral não existiu, fazendo diretas alusões à Rede Globo. Afirma: "O interessante é que no Jornal Nacional, quando o Cid Moreira dizia que a greve geral não foi bem sucedida, na sequência aparecia na telinha imagens de São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Niterói, Salvador, São José dos Campos, Bauru, Porto Alegre, etc., onde os trabalhadores realizaram manifestações e aderiram à greve geral." Mais à frente, parabeniza a categoria pela participação no movimento de 48 horas. A página de capa deste número trata integralmente da operação Vapt-Vupt, dando continuidade à campanha salarial.

Pudemos perceber, na observação destes números de **O Veículo** como nos demais desde a data do congresso, que a característica do jornal é de agitação. Com um visual bastante leve, ilustrado, com letras grandes e textos sucintos, divulgando sempre chamadas para a ação da categoria, protesto frente à política governamental, ou às empresas da base, ou então fazendo um balanço das atividades e divulgando tabelas de salários. Não percebemos a existência de seções fixas, ou de editorial. Notamos um forte componente opinativo em todas as matérias, apesar de serem bastante diretas e recheadas de dados concretos referentes ao assunto abordado. Interessante notar o alto grau de politização dos jornais que, na maioria, trazem denúncias contra o governo federal, sobre o arrocho salarial, desem-

prego, corrupção na previdência, etc. O motorista ou o trabalhador da categoria é sempre tratado como: trabalhadores, categoria, companheiros. O termo de aproximação mais usado é o "nós", o que estabelece uma identificação entre sindicato e trabalhador, quase um diálogo.

"Plataforma" é o jornal dos metroriários, categoria das mais organizadas na base

Plataforma é o órgão do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, filiado à CUT, que tem grande prestígio entre os trabalhadores. A atual diretoria foi eleita por 85% dos votos dos metroriários. A organização é feita por local de trabalho - as chamadas setoriais - com reuniões periódicas com o conjunto dos trabalhadores do local. A categoria congrega em torno de 10 mil trabalhadores e 89% é sindicalizado. O sindicato completou 10 anos de existência em setembro de 91 e tem uma base bastante diversificada, composta por operários de manutenção dos trens, por engenheiros, técnicos, pessoas da área de serviços e o pessoal da administração.

A equipe do departamento de imprensa é composta por: Carlos Pompe (jornalista responsável), Maria A. Figaro (diagramadora), Chico Martins (ilustrador) e pelo diretor responsável, Osvaldo Bertolino, desligado do trabalho especificamente para cuidar da imprensa do sindicato. O **Plataforma** é um jornal semanal, tablóide, quatro páginas, duas cores, com tiragem de 8 mil exemplares. Além do jornal, existe o boletim **Bilhete**, que tem periodicidade variada, assim como a sua tiragem, o formato é ofício, duas páginas. A distribuição do jornal e do boletim é feita pelos diretores de área e pelos ativistas da categoria.

Segundo declarações de Osvaldo Bertolino, o **Plataforma** é editado a partir de notícias das atividades que estão sendo desenvolvidas pelo sindicato, como: campanha salarial, reuniões, assembléias, eleição, etc., e a partir da contribuição da categoria e seus diretores com os mais variados assuntos, através de telefonemas, cartas, visitas ao sindicato, que trazem denúncias, poesias, pensamentos, anúncios, agradecimentos, críticas, erratas ao jornal, etc.

De acordo com Carlos Pompe, as reuniões de diretoria que trataram especificamente do jornal foram num período de dificuldade em que o **Plataforma** estava sendo retomado, depois de um período onde só era editado o **Bilhete**. Agora essa rede se faz através do diretor responsável



Paralisação total no metrô paulista: uma categoria com alto nível de organização

pela imprensa e diretamente por cada diretor. Recentemente o jornal passou por uma reformulação em seu layout e hoje, afirma Pompe, o **Plataforma** adquiriu um visual próprio. O jornal tem seções fixas, como: editorial, espaço aberto, classificados e a coluna do cotidiano da categoria.

Pompe afirma que o jornal reflete a diversidade profissional dos metroviários e, através das seções, a equipe procura sedimentar a ligação entre o **Plataforma** e o trabalhador. Então, continua ele, "a seção **cotidiano da categoria** recebe cartas, denúncias, telefonemas de diversos setores da empresa. No entanto, a coluna não é editorialmente muito rígida, podendo publicar erratas e convocatórias para reuniões setoriais."

O **Espaço aberto** é uma coluna assinada em que todos podem enviar contribuições. Geralmente é bastante utilizada por diretores e ativistas da categoria. A seção de **Classificados** é bastante antiga, aparece já nos primeiros números do **Plataforma** e seu espaço é muito requisitado pelos trabalhadores.

Sobre a penetração do jornal, Pompe diz que é preocupação da equipe e da diretoria obter dados mais concretos sobre isso. No entanto, ele acha que a própria procura pelo espaço e o fato dele ter sido retomado em 1990 inicialmente com duas páginas, quatro meses depois passar a quatro páginas e hoje haver uma demanda para um jornal semanal de 8 páginas, é um bom indício da presença do jornal na categoria.

É fácil verificar, através da simples leitura do **Plataforma**, que os metroviários possuem uma linguagem própria, muito ligada à organização do trabalho. São comuns as siglas e os períodos entrecortados por frases curtas e por simplificações. Aleatoriamente tomamos dois exemplos: "Eu, SL Gil, do Brás, quero agradecer de todo coração a solidariedade recebida de todos os

amigos metroviários, principalmente dos funcionários de Brás." A matéria é assinada por um metroviário de nome Gil, que trabalha na estação Brás. Plataforma nº 60. "Foi implantada, na última semana, a saída antecipada para os OTs que terminam o número de voltas na Linha Paulista. Essa prática já ocorria nas LLO e LNS. Fruto de luta e de negociação da categoria e do Sindicato junto à empresa, agora a saída antecipada vale também para a Paulista." (nota da seção **cotidiano da categoria** publicada no **Plataforma** nº 59).

Os jornais de números 53, 54, 55 e 56 tratam da campanha salarial, iniciada no **Plataforma** 52, e da greve geral. Importante que se diga que o slogan da campanha salarial utilizada pelo jornal, boletins, adesivos e faixas foi: "Roxo de tanto arrocho", reportando-se ao discurso do presidente Collor, no Ceará, onde fez menção à "aquilo roxo".

Material possui linguagem própria, muito ligada à organização do trabalho

O **Plataforma** 54 traz como manchete: "Negociações não avançam. Todos à Assembléia do dia 13". No pé da página convoca a categoria para uma ação de protesto, com o texto "Dia 14 é o Dia do Roxo". Nas páginas centrais uma chamada com bastante destaque fala da greve geral, sob o título: "Greve Geral contra o arrocho, a recessão e o entreguismo". Essa matéria dá dados da crise econômica causada pela política do governo, fala da campanha salarial e da importância da participação na greve geral. No final, afirma: "Nos dias 22 e 23 o Metrô não vai funcionar." Apesar da campanha salarial e da

greve geral, o **Plataforma** continua normalmente com suas seções, além de publicar no número 54 a prestação de contas do mês de dezembro de 90.

Aprovada a greve pela campanha salarial, a partir do dia 21/5, ela vai prolongar-se pelo período de greve geral até um dia depois. Neste espaço de tempo, a imprensa do sindicato confeccionou cartazes divulgando a greve e a greve geral e as informações foram divulgadas para a categoria através do **Bilhete** de números 16 (20/5), 17 (23/5) e 18 (25/5).

O de nº 16 deflagra a greve e dá instruções aos metroviários. O de nº 17 diz da continuidade da greve: notícia que o Tribunal do Trabalho deu sentença favorável à categoria sobre o esquema de emergência a ser determinado pelo sindicato e convoca para nova assembléia. O **Bilhete** nº 18, distribuído logo após a assembléia que votou o retorno ao trabalho, tem como chamada: "Uma vitória exemplar", dá os números do reajuste salarial e as demais conquistas da greve. faz também suscinta análise dessas conquistas.

O **Plataforma** 56 dá a chamada: "Vitória com luta". A ilustração sobre foto faz menção à ilustração que fez parte do mote da campanha salarial, sugerindo um afrouxamento das dificuldades trazidas pelo arrocho salarial. O jornal traz um encarte de quatro página com fotos passo a passo da greve. No editorial e na coluna espaço aberto há referências ao sucesso da luta aliada à greve geral. As páginas centrais são dedicadas a uma matéria de denúncia do ex-secretário de governo e ex-presidente do Metrô, Sérgio Fernandes, com o título: "Por que Sérgio Fernandes nunca fez greve?" e "Secretário vira criador de mangalarga".

Como pudemos perceber, o jornal tem um caráter menos agitado se comparado ao jornal **O Veículo**. Procura manter todas as seções, mesmo nos períodos mais movimentados do sindicato, inclusive com matérias de fundo, como a denúncia de corrupção do ex-presidente do Metrô (nº 56) ou a denúncia da violência no campo, com a entrevista de Orlando Canuto, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA) em visita aos metroviários (nº 53).

"Notícias populares" foi criado pela direita para atingir os trabalhadores

O jornal **Notícias Populares** foi fundado em 1963 por Herbert Levy e seu filho Luis Fernando. Ambos eram membros do IPES (Instituto de

Estudos Políticos e Sociais), dirigido por empresários e políticos que preparavam o golpe ao governo de Goulart. Segundo Renê Dreifus, no livro "1964: A Conquista do Estado", o **NP** foi criado para ser um "jornal militante, que visava competir com a imprensa popular na tentativa de atingir intelectual e emocionalmente as classes trabalhadoras industriais e a classe média baixa do Estado de São Paulo".

Depois do Golpe Militar, foi comprado pelo grupo **Frias Caldeira/Folha da Manhã**. Continuou na mesma linha editorial, mas com menor destaque dentro do grupo empresarial. Nos últimos anos, foi retomado, teve ampliada sua redação e grande incentivo à política de marketing. Hoje, o jornal procura explorar, além do sensacionalismo, o lado fantástico, transformando em espetáculo o fato que virou notícia. Essa arrojada política editorial conseguiu aumentar a tiragem do **NP** em 20%.

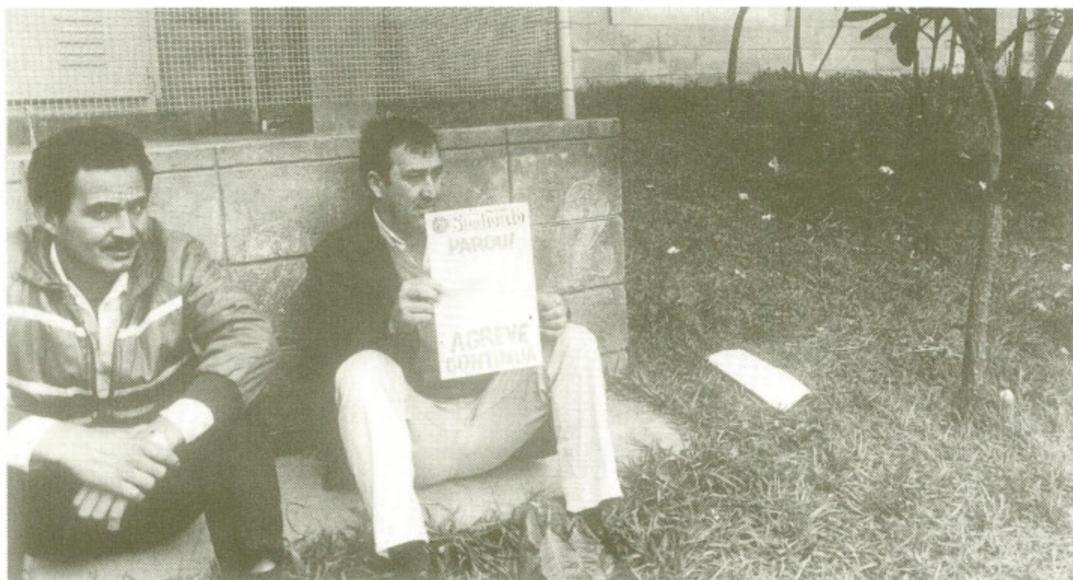
A sua mercadoria são as chamadas e as fotos de capa, mesmo que para isso tenha que montar o fato, como foi o caso da notícia dos travestis na ECA, largamente alardeada nos meios universitários. No dia 23 de maio, por exemplo, segundo dia de greve geral, uma das chamadas do **NP** foi: "Gays perderam clientela, folgados pescaram e Vicentinho afinou", acompanhada de três fotos, uma de um gay, outra de um pescador, e a outra de Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, no microfone.

No entanto, apesar de sua linha editorial, não pode dizer expressamente em suas páginas, como fizeram outros jornais, que a greve fracassou. o **NP** fez esse trabalho subliminarmente, procurando ridicularizar e criminalizar a CUT e seus dirigentes ao ligá-los à pescarias, gays, sabotagem de trem, brigas e depredações.

Imprensa popular versus os jornais das classes dominantes

Os jornais sindicais são editados geralmente em duas cores, títulos grandes, ilustrações, com quadros que separam matérias, textos curtos e diretos. O caráter do jornal é sempre de denúncia, de convocação para alguma atividade. A mensagem procura ser positiva à medida que apresenta como solução para as dificuldades a união dos trabalhadores. A fala é sempre de contraposição entre trabalhador versus patrões e governo.

A cotidianidade é abordada através de denúncias dos locais de trabalho referentes à chefes que maltratam seus subordinados; à acidentes que



A imprensa sindical avançou nos últimos anos, contribuindo na mobilização

colocam em risco a saúde e a vida do trabalhador; às condições de trabalho, como falta de peças e equipamentos adequados; até aos membros da categoria que furaram greve ou se aliaram (puxa-sacos) ao patrão. O lado afetivo, emocional e criativo do trabalhador ainda é muito pouco abordado pelos meios de comunicação dos sindicatos, o que é explorado diuturnamente pelos meios de comunicação de massa.

O vocabulário comum aos jornais sindicais pode ser assim resumido: luta, greve, companheiros, união, salário, data-base, dissídio, pauta, perdas salariais, Dicese, inflação, recuperação, assembléia, reunião, arrocho, patrão, governo, miséria, negociação, mobilização, recessão, desemprego, pressão, dentre outros. As incorporações da linguagem oral são também uma realidade. Alguns exemplos: topou sentar, cozinhando o galo, plano ladrão, cruzaram os braços, foi à luta, buscar suas conquistas, inflação foi pro espaço, detonou, enrolar, saco de gato, companheirada, mentira tem perna curta, vapt-vupt, saco de pancada, saco cheio, aquilo cheio, etc. Há também inumeráveis termos específicos, relativos à organização do trabalho, tais como, no caso dos metroviários: setoriais, san, bto, cco, car, bel, escala A, B, C, D, que representam as turnas de trabalho e os setores. No caso dos

motoristas: duas pegadas, primeiro período, segundo período, unidade, chapéu de bico, chutar o pau da barraca, dentre muitos outros.

O **Notícias Populares** usa e abusa de cores, letras grandes, matérias curtas, linguagem simples, direta, incorporação até exagerada do oral, além de trabalhar o satírico, o fantástico, o místico, procurando vulgarizar o cotidiano a partir da mistura dos elementos da violência, da pornografia, da miséria e da necessidade de status cobrada pela sociedade.

Para chegar-se mais ao trabalhador na conjuntura atual, passou a cobrir com reportagens as assembléias e greves e a incorporar em seu discurso termos utilizados pela imprensa sindical. Exemplo importante são as suas manchetes por ocasião dos dias da greve geral. Tais como: Aquilo roxo deu nisso!!! Greve Geral (22/5/91); CUT fura a Greve Geral (23/5/91); Fleury cadê o raio do metrô - Governo se recusa a negociar com grevistas. O povo continua sem condução (24/5/91). Além das incorporações da oralidade de uma determinada camada, o NP passou, como vimos, a trabalhar com a reorganização do discurso sindical. Tenta dramatizar ao máximo o que determinou por notícia, chegando em alguns casos à estrutura melodramática, aliada à tentativa de criminalização da ação sindical.

***Assessora de imprensa do diretor representante dos trabalhadores da CMTC**

A importância histórica da decisão da Contag de indicar a filiação à CUT

Antonio Soares *

A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) realizou no final do ano passado o seu V Congresso Nacional, que foi um marco na história da entidade. Ele contou, pela primeira vez de forma organizada, com a participação dos cutistas e deliberou, como indicativo, pela filiação a uma central sindical, reconhecendo a CUT como aquela que mais se aproxima dos critérios políticos da Contag. Isto significa a união da poderosa confederação dos trabalhadores rurais, que congrega 3.200 sindicatos e 23 federações filiados, com a maior e mais combativa central sindical brasileira.

A caminhada foi longa até o congresso da Contag decidir tirar como indicativo a filiação a uma central sindical e privilegiar a CUT. Num primeiro momento, teve que ser travada no interior da própria CUT uma velha discussão sobre o papel que a Contag joga na luta dos trabalhadores do campo e a importância de tê-la como aliada do sindicalismo urbano. Também foi necessário avançar a polémica sobre a estrutura sindical em nosso país, decidindo se a opção era atuar nos espaços existentes ou criar uma estrutura paralela, desconhecendo a própria realidade do sindicalismo rural.

Em um segundo momento, o campo da luta política se transferiu para o seio do movimento rural, na estrutura da Contag, onde alguns segmentos resistiam a proposta de filiar a Contag à

uma central sindical. Tendiam a uma posição isolacionista do movimento camponês em relação a unidade maior dos trabalhadores. Mas ao final desse intenso debate, os trabalhadores rurais deram um grande passo em direção ao que será um dos mais importantes acontecimentos dos últimos anos no movimento sindical brasileiro: a filiação da Contag à CUT.

O primeiro marco na discussão travada entre os cutistas se deu dentro do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR) durante a reunião de Praia Grande, em setembro de 90. Nela ainda se afirmava como prioritário a construção dos departamentos nacional e estaduais dos trabalhadores rurais da CUT, visando transformá-los em entidades alternativas à estrutura oficial confederativa. "Não

iremos ao 5º Congresso da Contag" - decidiu-se. Reações contrárias não faltaram, achando que tal posição era "precipitada e equivocada".

O DNTR convocou então uma reunião com todos os cutistas que atuavam nas direções de federações para aprofundar a questão: "participar ou não do 5º congresso da Contag". Neste encontro, realizado na Bahia em janeiro de 1991, foi tomada a seguinte deliberação: "Todos os cutistas membros do Conselho da Contag, nos dias 20 e 21 de março, em Brasília, participarão da assembléia do conselho da entidade, buscando maior democratização da Contag e a definição do congresso como instância máxima das decisões, com o processo eleitoral da entidade em Congresso".

Posteriormente, em reunião realizada no Instituto Cajamar (SP), no dia 13 de abril, são adotadas decisões de grande importância para o avanço do movimento sindical rural e da CUT. Nas discussões sobre a questão da ida ou não ao congresso da Contag, os que defendiam a participação apresentaram fortes argumentos:

- Será o maior congresso de trabalhadores rurais e devemos disputar politicamente junto aos delegados.

- As federações de trabalhadores rurais e a Contag têm arraigado uma cultura sindical e isso não se muda de um dia para o outro.

- Existem todas as condições para que a Contag se filie a CUT, o que aumentará em muito a representatividade da central.

As questões que mais criavam interrogações no campo cutista eram: "O que nós queremos: federação ou departamento? O que é destruir a estrutura política das Federações e das confederações?". A maioria dos participantes desta reunião avança no seguinte rumo de argumentação:

- É falsa a contradição entre departamento de trabalhadores rurais da CUT e Contag.

- A Contag é a confederação de uma grande categoria que poderá se filiar à CUT e será um grande reforço para a Central.

- Quando uma federação se filia à CUT não tem sentido a existência do departamento estadual rural da CUT, mas surge sim a necessidade de fazer com que essa federação seja a mais avançada dentro do movimento sindical.

À noite, ao final de intensos debates, é aprovada a proposta de encaminhar à direção nacional da CUT a indicação de participar do 5º congresso. Em reunião realizada no mês de abril de 1991, esta confirma a proposta indicativa de Cajamar e convoca os sindicalistas rurais cutistas a participarem do congresso da Contag. Estes deverão defender um sindicalismo de massas, de base, classista, democrático e independente do Estado e dos partidos políticos.

A CUT já tinha se definido. Agora restava saber como o movimento sindical rural que atua no interior da Contag se posicionaria frente a este novo fato político. Nos encontros estaduais de preparação do congresso nacional a proposta de filiação avança pouco. Surgem diversas proposições:

As resistências à idéia de filiação entre os sindicalistas rurais

- 1 - Transformar a Contag numa Central Geral dos Trabalhadores da Agricultura.

- 2 - Aprofundar nas bases o debate sobre a importância da Contag se filiar a uma central sindical.

- 3 - Não se filiar a nenhuma central. Buscar a unidade nas lutas, mantendo a independência orgânica.

- 4 - Filial a Contag a uma central, a partir dos seguintes critérios: Unicidade sindical. Sindicalismo classista, democrático e autônomo; Sistema confederativo (STRs, Federações e Contag) e Central; Apartidarismo; Sindicato por categoria; Plano de Trabalho.

Nesta fase de preparação do congresso começaram a surgir indícios positivos dessa discussão. Os trabalhadores rurais amadureciam suas idéias quanto a organização sindical. Um exemplo disto foi o 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Goiás (agosto/91), que em suas conclusões afirma: "É importante a existência da CUT como instrumento essencial de unidade de luta da classe trabalhadora, independente de partidos políticos, confissões religiosas, Estado e patronato. Entendemos que hoje já é possível concluir que a Contag deve participar organicamente da CUT e que o 5º Congresso dos Trabalhadores Rurais deve, também, recomendar a todas as Federações e STRs a discussão de mecanismos que viabilizem sua integração às CUTs Estaduais, isto porque a CUT tem todas as condições de se transformar num poderoso instrumento que contribua na luta dos trabalhadores".

Mas diante de algumas afirmações cutistas, como a de que é preciso "destruir a velha estrutura" e que a "nossa alternativa é a construção dos Departamentos Rurais da CUT", os delegados do congresso de Goiás aprovam também encaminhar uma recomendação "aos delegados rurais presentes ao 4º Congresso Nacional da CUT, para que aprofundem a discussão política sobre a questão dos Departamentos Rurais da CUT, das Federações e da Contag".

As experiências mútuas combinadas com os debates ajudaram a CUT a encarar as questões levantadas no encontro goiano. Tanto que a CUT decidiu em seu congresso, em setembro, disputar as eleições da Contag. Portanto, optou por trabalhar dentro da estrutura oficial. Seguindo esta mesma experiência, a Contag poderia também avançar para se filiar a CUT.

Ingresso da Contag irá representar grande reforço à unidade campo-cidade

"Para nós, a Contag não é qualquer estrutura oficial, qualquer confederação", afirmou Jair Meneguelli na abertura do congresso da entidade máxima dos trabalhadores rurais. "A Contag tem um passado diferente de outras confederações. Ela tem o reconhecimento dos trabalhadores rurais. A CUT também tem o reconhecimento dos trabalhadores. Por que então não juntar, não fazer parte da mesma luta?", perguntou o presidente da maior central sindical brasileira aos 2.100 delegados participantes do encontro.

A Contag representa atualmente 3.200 sindicatos e possui 23 federações filiadas. Já a CUT, segundo os dados do 4º Congresso, conta com 1.679 sindicatos filiados, representando aproximadamente 4,5 milhões de trabalhadores sindicalizados e mais de 15 milhões de trabalhadores na base. Essas informações confirmam a opinião de vários delegados rurais de que "união da Contag com a CUT vai reforçar a luta dos trabalhadores do campo e terá também como consequência o fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores. Nessa união quem ganha são os explorados do campo e da cidade".

Essa opinião acertada ainda não convenceu importantes sindicalistas do campo. O MSTR (Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), sob a direção da Contag, não compreendeu a fundo o alcance desta afirmativa. Ele tem uma visão de independência em relação ao movimento sindical. Tem uma prática de atuação isolada. Jair Meneguelli tem razão quando afirmou, em entrevista à imprensa, que "as lutas dos trabalhadores do campo dependem da unidade com a luta dos trabalhadores urbanos, não dá para separar".

Para vencer essas resistências, a CUT, convencida da importância política do congresso da Contag, projetou todo um plano de divulgação das suas idéias no evento. Foi feito um trabalho

muito simples, mas necessário. Para defender a tese da filiação, os cutistas pregaram adesivos, empunharam as bandeiras vermelhas da entidade e distribuíram milhares de jornais com a manchete "Conheça as propostas CUT". A presença do presidente da central na mesa de abertura, no dia 26 de novembro, também teve um importante peso. Além de saudar os 28 anos de luta da Contag, Meneguelli firmou do compromisso de desenvolver uma ação unitária e defendeu uma chapa única para a direção da entidade. Ao final de sua intervenção, foi saudado pelos cutistas que, de punhos cerrados e levantados, gritaram "Central Única dos Trabalhadores".

Em sua intervenção, o presidente da central lançou a proposta de unidade: Filiação à CUT e chapa de composição. Os debates durante o congresso foram riquíssimos. Os delegados discutiram com entusiasmo e combatividade. Na questão da filiação à uma central sindical, a resolução final foi positiva e histórica. A proposta de transformar a Contag em uma central camponesa foi rejeitada. Decidiu-se ampliar o debate nas bases sobre o significado e a importância da filiação. Firmou-se, em comum acordo, os critérios básicos que deverão ser acatados pela central sindical que a Contag vier a se filiar: liberdade de organização sindical; sindicato classista autônomo; unidade dos trabalhadores, com um plano de lutas; apartidarismo; e democracia sindical.

A decisão mais importante, no entanto, foi: O congresso da Contag reconhece que a CUT é a central que mais se aproxima desses critérios e que se mantém na luta dos trabalhadores rurais e em defesa de seus interesses.

O que resta fazer? É preciso que a Contag leve adiante, com determinação, as resoluções do seu 5º Congresso. Também é fundamental que o DNTR-CUT tire um plano de atuação para que a idéia da filiação à CUT contamine, em breve espaço de tempo, todo o campo da Contag. Nesse sentido, algumas iniciativas podem ser tomadas:

1 - Priorizar os STRs, trabalhando pelo ingresso de cada entidade de base na central e dando assistência na sua atuação dentro das atividades das federações;

2 - Tomar medidas para solucionar os problemas enfrentados por algumas federações cutistas, como ineficiência, divisão entre as forças e outras, que só que fortalecem a idéia que há uma política premeditada de enfraquecimento da estrutura federativa;

3 - Atuar junto às federações combativas, onde as experiências de luta e do trabalho sindical conjuntos favorecem incrementar as atividades que alimentam a decisão da filiação à CUT.

***Diretor do
CES e
assessor de
sindicatos
de
trabalhadores
rurais**

As primeiras investidas do sindicalismo cristão no movimento operário

José Carlos Ruy *

No último artigo da série sobre a atuação das várias tendências sindicais no movimento operário brasileiro, o autor analisa a concepção e a trajetória da corrente cristã. O artigo será publicado em duas partes, dado o volume de informações existentes. Nas edições anteriores, a *Debate Sindical* abordou a atuação dos pelegos, anarquistas, reformistas, comunistas e trotsquistas. O objetivo do CES é publicar, ao final da série, um livreto com a coletânea dos artigos.

A Igreja brasileira tem, hoje, em seus quadros um vasto setor progressista, formado por sacerdotes e leigos que se envolvem decididamente na luta do povo contra a miséria, a opressão dos poderosos e a grave desigualdade social que opoe ricos e pobres em nosso país. Para chegar a isso, um longo caminho teve que ser percorrido, desde 1891 - quando foi publicada a *Rerum Novarum*, primeira encíclica papal a tratar da questão operária. Foi um caminho contraditório, no qual o reacionarismo e o elitismo tradicionais da Igreja brasileira tentaram adaptar-se às profundas mudanças que a sociedade brasileira viveu em nosso século.

Durante todo o período escravista, que compreende o passado colonial e imperial brasileiro, a Igreja esteve intimamente ligada às elites senhoriais e à defesa de seus interesses. Sua atuação, não apenas religiosa, mas também social e

política, decorria dessa situação. No século passado, por exemplo, barões do café da província do Rio de Janeiro esperavam com naturalidade a ajuda dos padres para conter e consolar seus escravos. Um deles sugeria que os sermões reabilitassem a condição do negro e consagrassem suas relações com o senhor, "apresentando não mais como o proprietário ou tirano, mas como pai, como representante de Deus, que o escravo tinha a obrigação de amar com o sacrifício de seu trabalho e de seu suor".

Muitos sacerdotes católicos, refletindo esse pensamento, acatavam essa tarefa. Um deles, o padre Caetano da Fonseca, afirmava que "a confissão é o antídoto das insurreições de escravos". No confessionário, o escravo devia aprender a ver no senhor um pai merecedor de "amor, respeito e obediência". Devia aprender também que "esta vida não é nada em comparação da eterni-

dade" e "quem suporta seu cativeiro com paciência encontrará sua recompensa no reino dos céus, onde todos são iguais perante Deus".

Esse pensamento permaneceu entre os religiosos mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, e da manifestação da preocupação papal com as questões sociais, em 1891. Em 1899, numa sessão do Centro dos Operários Católicos de São Paulo, que teve a participação do bispo diocesano, um orador fez uma longa apresentação comentada das teses da *Rerum Novarum*, num discurso que transpirou todo o reacionarismo do pensamento social dos religiosos brasileiros na época, claramente à direita do próprio conservadorismo do Vaticano.

Igreja teme o avanço dos anarquistas e comunistas no movimento sindical

A questão social atemorizava aquele orador católico. Ele via com espanto "os agravados sintomas da mórbida e febril agitação, que vieram sempre mais avultando e crescendo, tomaram as proporções que lhe estamos vendo; condensaram-se na aguda intensidade da questão social - o pesadelo, a esfinge que temerosa e aterradora ameaça a ordem social e a civilização, a Europa e o mundo, tronos e democracias, Cezares e povos; da questão social em volta da qual, bramindo e espumando, predizem as legiões do socialismo e da anarquia, com o seu rugir de feras, com o seu ulular de lobos, em negros vaticínios, a próxima convulsão, o escurecer sombrio e tenebroso dessa noite de ansiedade e de horror, em que prometem-se elas, com o termo de seus males, os satânicos triunfos da destruição".

Era o próprio triunfo do Mal, do espectro que, há décadas, rondava a Europa e que parecia já estar presente entre nós. "É com efeito assustador o movimento do mal", dizia. "Confrange ver como as conquistas do inferno estendem-se e alastram". Alertava contra "o operário sem fé nem crenças, esquecido de sua alma e de Deus, o operário de cujo coração conseguiu a impiedade arrancar, com todos os doces e nobres sentimentos, com os sentimentos cristãos, a conformidade e a esperança; o operário exaltado e corrompido, sanguinário e feroz, o operário socialista, o operário anarquista".

O remédio proposto contra essa ameaça era a religião, pensava o orador. Assim, chamava os operários ainda não **contaminados** para a Igreja, "mãe solícita" que guarda "as grandes afirma-

ções da verdade que hão de salvar a Ordem Social - religião, família, propriedade, pátria - contra as quais, com tamanha fúria, investem os molossos da revolução, do socialismo e da anarquia, soltos e desacompanhados pelas mesmas mãos que os houveram de refrear e conter".

Mas, inseguro do sucesso de promessas sobrenaturais de eterna bem aventurança para os conformados nesta vida terrena, e das ameaças mais concretas das "mãos que os houveram de refrear e conter", nosso orador invocava as soluções da caridade, no espírito da *Rerum Novarum*, para minimizar o drama da vida operária, subtraindo-os à ação dos "homens turbulentos e astutos" que "procuram desvirtuar-lhe o sentido e o exploram para excitar as multidões e formentar desordens". Em todo o caso, dizia, "estamos persuadidos e nisso todos concordam, que é necessário com medidas prontas e eficazes vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão pela mor parte em um imerecida situação de infortúnio e de miséria. O século passado destruiu, sem a substituir por nada, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; todo o princípio e sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas e, assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, tem-se visto, com o andar dos tempos, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada".

Concepção católica não questiona o capitalismo em toda a sua essência

Isso não significa, naturalmente, o questionamento mais profundo, estrutural, da ordem capitalista que nascia no país, e que era responsável pela perpetuação da situação de miséria que afligia os trabalhadores. Pelo contrário, pensava ele, a caridade cristã podia apenas minorar a desigualdade **natural** entre os homens, e o caráter de **expição** do pecado original que marcava o trabalho humano, uma concepção aviltante do trabalho, perfeitamente ajustada àquela sociedade recém saída do escravismo. "O primeiro princípio a por-se em evidência", dizia, "é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição; é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vão. Foi ela que estabeleceu entre os homens diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de forças; diferenças

necessárias, donde nasce espontaneamente a desigualdade das condições”.

Pelo que diz respeito ao trabalho, “o homem, no estado mesmo de inocência, não era destinado a viver na ociosidade; mas ao que a vontade teria livremente abraçado, como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento de dor e o impôs como expiação: ‘a terra será maldita por tua causa; é pelo trabalho que tirarás com que alimentares todos os dias da vida’. O mesmo se dá com todas as outras calamidades que caíram sobre o homem. Neste mundo essas calamidades não terão fim nem tréguas”. Nestas condições, “o melhor partido é ver as coisas como elas são, e procurar, como dissemos, um remédio que possa aliviar os nossos males. O erro capital, na questão presente, é crer que as duas classes são inimigas natas, uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente em um duelo obstinado”.

Embora longa, esta citação justifica-se pela clara exposição dos princípios que orientarão os católicos brasileiros em sua atuação no meio operário na primeira metade do século: a crença numa ordem social e política de origem divina, cujas leis seriam inspiradas por Deus; a rejeição do marxismo e do liberalismo como formas de pensamento social dos operários e da burguesia; a existência de um direito natural, em contraposição não só ao contratualismo dos filósofos da ilustração, no século 18, mas também contra o pensamento materialista que encara a história como produto da atividade do homem; a nostalgia tipicamente católica do corporativismo medieval, destruído pela Revolução Francesa; a luta contra a organização classista dos operários; a rejeição do anarquismo e do socialismo, seja reformista ou revolucionário, rejeição que mais tarde assumiu as cores de um feroz anti-comunismo; o esforço para domesticar o capitalismo, aparando seus efeitos mais deletérios e criando mecanismos sociais capazes de contornar as graves contradições sociais dele decorrentes; a defesa da conciliação entre o capital e o trabalho como solução para os problemas sociais.

Pensamento reacionário é que orienta a sua atuação junto aos operários

No passado, foi esse pensamento extremamente reacionário que orientou a atuação da Igreja entre os operários no Brasil. Foi somente depois da II Guerra Mundial, com o aprofundamento

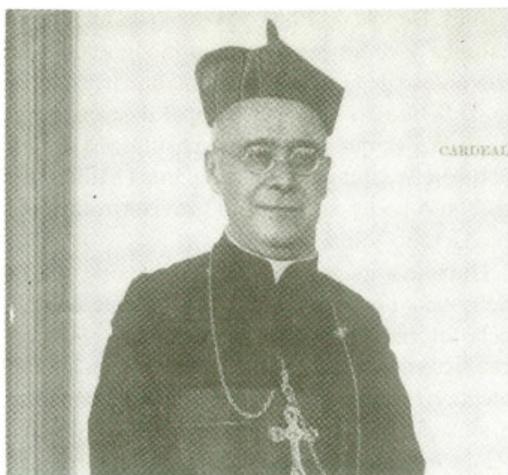
das mudanças capitalistas na sociedade brasileira, que essa orientação começou a mudar, com o fortalecimento das tendências que, muito mais tarde, levariam à Teologia da Libertação e ao papel destacado que a Igreja progressista brasileira tem na reorientação da atuação religiosa no Brasil e em outros países pobres, com problemas semelhantes aos nossos.

No começo do século, contudo, a Igreja mal conseguiu fornecer uma débil orientação a seus fiéis que atuavam no movimento operário, envolvida com seus próprios problemas corporativos. De um modo geral, diz o historiador Scott Mainwaring, “entre 1890 e 1916, a Igreja se preocupou sobretudo com a consolidação de reformas internas”, embora alguns de seus líderes já começassem a “promover uma presença mais marcante na sociedade”. Durante o Império, a Igreja brasileira era intimamente ligada ao Estado, e o imperador era seu chefe titular. Com a República e a separação Igreja-Estado, a Igreja libertou-se daquela subordinação à autoridade temporal, mas precisou readaptar-se à situação de independência institucional, e tendo que enfrentar não só a carência de padres e a queda nas vocações, mas também uma elite onde o positivismo e a tolerância com outras religiões, como o protestantismo e o espiritismo, não era particularmente sensível aos problemas religiosos.

Nas primeiras décadas após a proclamação da República, o esforço de readaptação da Igreja à nova ordem visou, primeiramente, obter a aceitação e a aproximação com os novos donos do poder, mostra o historiador José Oscar Beozzo. Definiu-se, então, radicalmente como uma força da ordem, promovendo uma defesa intransigente do imobilismo social e político. “Os grupos urbanos que se articulam para lutar contra a exploração capitalista não encontram na Igreja uma aliada, pelo contrário”, diz Beozzo.

Jornal católico critica a incapacidade da burguesia de “conjurar a revolução”

A posição reacionária da Igreja afastou-a dos operários organizados, tomando sua presença pouco importante no movimento operário. “Não que não tenham existido associações operárias católicas, nos bairros operários”, explica Beozzo. Porém, “a nascente classe operária encontra no anarquismo, no socialismo e no maximalismo (nome que então se dava ao bolchevismo - JCR) sua visão de mundo, nos jornais operários, liberais de esquerda, anticlericais e anaquistas, sua



Dom Sebastião Leme, cardeal do R. de Janeiro

forma de expressão e, nos clubes, mutualidades, sindicatos e centros operários suas formas de organização". As organizações católicas, assim, estavam "na franja do movimento dominado por inteiro pelos anarquistas e mais tarde pelo Partido Comunista do Brasil. Não é o catolicismo e sim o anarco-sindicalismo que fornece os instrumentos de análise e de luta ideológica da classe operária".

Aliás, naquela época, a ação católica era aparentemente mais efetiva nas regiões economicamente marginais no desenvolvimento capitalista brasileiro, como o Nordeste ou o Rio Grande do Sul. Já em 1876, em Pernambuco, surgiu a proposta de criação de um Partido Católico. Publicada no jornal *a União*, ela criticava os políticos tradicionais por serem excessivamente moderados e incapazes de "conjurar a revolução no Brasil". A proposta repercutiu no Pará (em *Vigia* e em *Belém*), no Ceará, em São Paulo e Minas Gerais. A idéia não prosperou, desincentivada pela hierarquia católica. Em 1890, outra proposta semelhante apareceu no jornal *A Província*, de Recife, mas foi o último extertor do Partido Católico Pernambucano. Em 1915, um grupo tentou novamente organizar um partido dessa espécie, mas foi novamente desencorajado pelos líderes da Igreja.

Em relação à organização operária, entretanto, a atuação católica - embora débil - conseguiu ser mais efetiva. A Igreja procurou contribuir para a preservação da ordem social capitalista que se formava, pregando a adoção de condições de trabalho mais humanas. Adotou, caracteristicamente, o mutualismo como forma de organização e luta dos trabalhadores.

Um exemplo de iniciativa organizacional inspirada nos ideais católicos foi a do engenheiro Carlos Alberto de Menezes, que desenvolveu de 1891 a 1904 - uma intensa ação social entre os trabalhadores nordestinos. Diretor de uma indús-

tria em Pernambuco, criou serviços de assistência social para os operários e as primeiras cooperativas de inspiração católica do Brasil.

Em junho de 1902 ele propôs, no I Congresso Católico de Pernambuco, a criação de uma Federação Operária Católica, que ele passou a dirigir. Essa Federação representava sete agremiações operária, e quase 6 mil operários de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A defesa do pluralismo sindical e da harmonia entre as classes sociais

Foi por iniciativa dessa Federação que, em 1905, o deputado baiano Joaquim Inácio Tosta (ligado a Carlos Alberto de Menezes desde 1900) apresentou à Câmara Federal o ante-projeto que deu origem à nossa primeira lei de sindicalização, o decreto legislativo 1637, de 1907. Apesar de consagrar a autonomia sindical, a lei Tosta não tinha nada a ver com o movimento operário autônomo da época, e sua aplicação foi muito restrita. Essa lei autorizava o pluralismo sindical e a livre constituição de sindicatos, mediante registro, independente da autorização do governo, e preconizava o espírito de harmonia entre patrões e empregados.

Organizações operárias católicas surgiram também em outros Estados. Em 1913, há notícias de um Círculo Operário em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Outras cidades gaúchas onde há notícias de organizações semelhantes são Santa Maria, onde existia, em 1915, uma Congregação para a Proteção das Emgregadas Domésticas, e Pelotas, onde havia em 1920 uma Liga Protetora das Operárias.

Em Taubaté, São Paulo, existia um Centro dos Operários Católicos, em 1906, que os sindicalistas revolucionários e socialistas acusavam de ser mantido pelos fazendeiros e industriais sob a direção e orientação do clero. Na capital paulista, em 27 de outubro de 1907, foi fundado o Centro Operário Católico no bairro do Brás, com o objetivo de "congregar à sombra da cruz os trabalhadores do já então mais industrial dos bairros da Paulicéia". Mais tarde, com o apoio das autoridades eclesíásticas, o centro transformou-se em metropolitano para formar um "escudo do proletariado" e inspirar a outros a organização de sociedades congêneres.

O historiador Aziz Simão lembra ainda que do antigo associacionismo operário também deve-se registrar o chamado circulismo católico, que

nasceu como estrito movimento mutualista confessional. A partir de 1917, porém, começou - aos poucos - intervir nas relações de produção, procurando harmonizar os interesses dos empregadores e empregados, e solicitando a adoção pelo governo de leis trabalhistas. Os centros operários passaram a solicitar melhores condições de trabalho, que pretendia obter através de acordos com os patrões e da aprovação de leis. Rejeitava assim o recurso dos conflitos coletivos de trabalho. Em 1917, o congresso desses centros católicos decidiu solicitar ao governo medidas protetoras do trabalho. Em 1917, surgiu também na capital paulista a Confederação Católica dos Círculos Operários; no interior do Estado, já existia, desde 1906, o Centro dos Operários Católicos. Foi só na década de 1920 que a Igreja Católica passou a atuar mais incisivamente no meio operário paulista, através da ampliação e fortalecimento do Centro Operário Católico Metropolitano, que abriu inúmeras filiais em bairros operários.

Dirigente do Centro Dom Vital trabalha como censor no governo Artur Bernardes

A partir de 1920, a Igreja brasileira iniciou esforços de reorganização católica, acentuando a luta para retomar sua influência na sociedade. Sob a liderança do cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, do intelectual recém convertido ao catolicismo Jackson de Figueiredo, e com o apoio do papa Pio XI, foram tomadas algumas iniciativas organizacionais para rearmar a Igreja em sua luta pela hegemonia.

Assim, em 1921, começou a circular a revista *A Ordem* e, em 1922, surgiu no Rio de Janeiro o Centro Dom Vital, ambos por iniciativa de Jackson de Figueiredo, que foi seu dirigente até a morte, em 1928. Ele era um intelectual de origem anarquista e influenciado pelo pensamento do alemão Friedrich Nietzsche. Depois de convertido, transformou-se num líder católico reacionário, extremado e intolerante. Em 22, foi fundada também a Congregação Católica que, em 35, transformou-se na Ação Católica Brasileira.

No esforço de recuperar sua influência na sociedade, influência que declinou desde a proclamação da República, os líderes católicos trabalharam diretamente com os governos e apoiaram os presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. Jackson de Figueiredo chegou inclusive a servir como censor da imprensa sob Artur Ber-

nardes. Depois de 1930, a posição da hierarquia católica face ao novo regime inaugurado pela Revolução de Outubro, foi inicialmente reticente. D. Sebastião Leme teve papel destacado nas negociações que levaram à substituição do governo de Washington Luís pela Junta Militar que passou o poder ao governo provisório dirigido por Getúlio Vargas.

Durante a guerra civil de 32, dizia-se que D. Sebastião Leme torcia e rezava secretamente pela vitória de São Paulo, enquanto os líderes católicos do Centro Dom Vital apoiavam abertamente o levante paulista que pretendia restaurar a situação existente antes de 30, quando São Paulo e Minas Gerais dividiam o controle do governo federal e as oligarquias estaduais tinham poder absoluto.

Naqueles anos, quando se aprofundavam as discussões sobre o futuro do Brasil e as formas de sua reorganização e reconstrução, a Igreja procurou pela primeira vez encontrar uma forma orgânica de intervenção direta na luta política. Nasceu então a Liga Eleitoral Católica (LEC), em 33, com o objetivo de alistar e instruir os eleitores católicos, e apoiar candidatos que defendessem, na Assembléia Constituinte que se reuniria em 34, os pontos de vista da Igreja.

A criação da LEC refletia um sentimento generalizado entre os líderes católicos de que era preciso fazer alguma coisa para evitar o progresso da esquerda e dos democratas. Alceu Amoroso Lima, que desde 1928 substituiu Jackson de Figueiredo à frente da organização católica, sintetizou esse estado de espírito na obra "Problemas da Burguesia", de 32, onde escreveu: "chegamos ao momento crítico da civilização ... Vai a Igreja tentar a salvação social da burguesia" pois, pensava, "a salvação da burguesia está antes de tudo na mão dos santos".



D. Leme ao lado do presidente Getúlio Vargas

Em sua ação social, os católicos brasileiros começam lentamente a mudar nos anos 30, embora ainda intrinsicamente reacionários e elitistas. A *Rerum Novarum* reconhecia, sem rodeios, que o trabalho é a "fonte única de onde procede a riqueza das nações". Assim, devia ser protegido por uma legislação especial, que limitasse a ação cega das forças do mercado, uma vez que, segundo a encíclica, o trabalho não podia ser equiparado às outras mercadorias e cabia ao Estado e aos próprios trabalhadores a defesa contra a cobiça desenfreada do liberalismo. Assim, a *Rerum Novarum* reconhecia a necessidade dos trabalhadores organizarem-se em sindicatos - embora enfatizasse, também, que eles deviam pautar sua ação pelo espírito de cooperação de classes e manter sua luta nos limites estritos do sistema capitalista.

Em 1931, o papa Pio XI publicou, no aniversário da *Rerum Novarum*, a encíclica *Quadragesimo Anno*, onde repetia basicamente as recomendações de Leão XIII, com algumas adaptações à situação nova do mundo, em que o campo de interlocutores da Igreja havia crescido. Além do liberalismo, que a Igreja encarava historicamente como adversário, agora o socialismo também havia sido reforçado, principalmente pela revolução russa de 1917, e uma nova força havia aparecido, o fascismo, no poder na Itália desde 22.

Nesse quadro, com a agudização da luta de classes, tornava-se difícil manter sindicatos operários dentro do espírito corporativo e de cooperação de classes preconizado pela *Rerum Novarum*, que previa duas formas de organização sindical possíveis: organismos operários independentes dos patronais ou sindicatos que compreendessem em seu interior aquelas duas classes antagonicas. Entre o sindicalismo católico europeu - com algumas manifestações isoladas no Brasil - essa ambiguidade da encíclica de 1891 levou os trabalhadores muitas vezes a um

comportamento semelhante ao dos sindicatos socialistas na luta em defesa dos trabalhadores. "A persistência dessa prática", observa Luiz Werneck Vianna, "vinha estimulando o surto de um sentimento anticapitalista nas corporações católicas, o que conduzia à falência da perspectiva comunitarista entre o capital e o trabalho"

Papa Pio XI adverte os que "desertam e passam às fileiras do socialismo"

Pio XI enfrentou essa questão na *Quadragesimo Anno*, alertando seu rebanho no capítulo "Católicos desertores nos arraiais socialistas", onde dizia: "Compreendereis facilmente, veneráveis irmãos, com quanta dor vemos em algumas regiões não poucos dos Nossos Filhos, de cuja a fé e bondade não queremos duvidar, desertar dos arraiais da Igreja e passar às fileiras do socialismo; uns ostentando abertamente o nome e professando as doutrinas socialistas; outros, indiferentes ou talvez forçados, entrando em associação com quem teórica e praticamente professa o socialismo".

Contra essa situação, a *Quadragesimo Anno* alterou a encíclica anterior, procurando aumentar a solidariedade orgânica entre o capital e o trabalho, "eliminando pela raiz a noção de fratura entre os dois setores", diz Luiz Werneck Vianna, e enfatizando a organização de sindicatos que englobassem patrões e empregados.

Assim, no começo dos anos 30, a luta pela organização de sindicatos operários foi incentivada e intensificada no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, o jornal *O Operário*, do Centro Operário Católico Metropolitano, engajou-se decididamente na campanha pela sindicalização católica, promovida pela LEC. "O caráter assisten-



Vila Maria Zélia (1919): a tentativa do empresário Street e da Igreja de domesticar o operariado

cialista, presente de maneira marcante no proselitismo religioso nos meios operários, durante muito tempo, torna-se menos acentuado à medida que se intensifica a luta da Igreja pela sindicalização católica dos operários e em que se reconhecem 'direitos operários'. A melhoria da vida operária passava a ser crescentemente associada à regeneração da classe operária para os ideais cristãos", diz a historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca.

Nessa luta, os católicos investiam abertamente contra os anarquistas, os socialistas e os comunistas. Seu jornal *O Operário* chegava a repetir posições policialescas que já tivera no início do século (como veremos a seguir), e exigia das autoridades policiais providências contra a imprensa operária, como mostra uma edição de julho de 34, onde diz: "não se explica como e porque se permite a impressão e a circulação franca, nesta capital, de vários órgãos proletários nos quais a propaganda da anarquia e do comunismo é feita abertamente e permanece exposta ao público nas bancas de vendas de jornais e revistas".

**Doutrina da "justiça e amor"
é levada para os
"mais desamparados"**

O espírito de caridade cristã, mais do que a defesa autêntica dos interesses operários, move os católicos. O jornal *O Clamor*, da diocese do Rio de Janeiro (que era patrocinado pelo Cardeal D.Leme, pelo Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães e por Alceu de Amoroso Lima), defendia a intervenção prática e eficiente da Igreja na esfera dos problemas sociais, com o objetivo de recristianizar a sociedade. A "doutrina de justiça e amor" de Cristo devia ser levada aos operários porque eles eram os "mais desamparados".

Do ponto de vista organizativo, a Igreja posicionou-se também contra a legislação sindical

que começa a eliminar o pluralismo sindical no país. *A Ordem*, numa edição de 1931, protestou contra a lei de sindicalização, dizendo que "o sectarismo de um fanático introduziu em seu texto um dispositivo que vem negar o direito de associação aos patrões e operários católicos. Proibindo no seio das associações de classe todas as manifestações de caráter religioso, veio a nossa incipiente legislação do trabalho criar entre nós o princípio odioso do monismo sindicalista, com o fito de congregar todas as forças econômicas nas mãos do Estado leigo. Esse princípio de laicismo obrigatório e de absolutismo estatista é a negação dos princípios do sindicalismo católico. Segundo este, o caráter religioso das associações de classe faz parte dessas associações".

Além do esforço pela sindicalização católica, a Igreja começa também, nos anos 30, a intervenção organizada no meio operário através da criação dos círculos operários. O padre jesuíta Leopoldo Brentano havia fundado um, com grande sucesso, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 32. Três anos depois, no primeiro congresso dos círculos operários realizado nesse mesmo Estado, compareceram 18 agremiações, com 14 mil associados. Em 36, o movimento havia se espalhado por São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. "Com o sucesso - diz Beozzo - com que se expandiu o movimento, Brentano foi chamado ao Rio de Janeiro pelo Cardeal Leme para organizar um movimento nacional unificado. Foi convocado neste mesmo ano o Primeiro Congresso Nacional Católico do Trabalho e fundada a Confederação Nacional dos Operários Católicos, que congregava 34 círculos em cinco Estados brasileiros.

A Igreja começava, assim, a década de 30, armada para intervenção mais efetiva no movimento operário, intervenção que seria facilitada, depois de 35, pela repressão e perseguição contra os sindicatos operários dirigidos pela esquerda ou por democratas.

***Jornalista.
Trabalhou
nos jornais
Movimento
e Retrato
do Brasil**

ASSINE A REVISTA "DEBATE SINDICAL"

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista *Debate Sindical*. Ela custa apenas Cr\$ 14.000,00 e você recebe em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, de polêmica e de intercâmbio de experiência. A assinatura dá direito a você receber quatro edições da *Debate Sindical*.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ CEP: _____

Sindicato a que pertence: _____ Cargo: _____

Data da assinatura: _____

Preencha os dados acima e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal (valor de Cr\$ 14.000,00) em nome do Centro de Estudos Sindicais (CES), para a Editora Anita Garibaldi, Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP: 01320 - São Paulo -SP

Écran Arte

Tecnologia e criatividade em produções gráficas e editoração eletrônica transformam sua idéia em arte

Atendimento personalizado
Serviço de coleta e entrega

Rua Goitacás, 58 - Cj. 11 - Pacaembu
São Paulo - SP - Tel.: 825-7442

FILIE-SE AO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- 1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;
- 2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;
- 3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;
- 4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.